

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
NÍVEL MESTRADO**

BRUNA FERNANDA BÓLICO PEREIRA

**CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: DA RELAÇÃO EMBRIONÁRIA A
INTENÇÃO DE RUPTURA**

**CUIABÁ – MT
2015**

BRUNA FERNANDA BÓLICO PEREIRA

**CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: DA RELAÇÃO EMBRIONÁRIA A
INTENÇÃO DE RUPTURA**

Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em Política Social, à Universidade Federal de Mato Grosso, no Programa de Pós-Graduação em Política Social, Linha de Pesquisa Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Santana dos Santos

CUIABÁ- MT

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

B689c Bólico Pereira, Bruna Fernanda.
Conservadorismo e Serviço Social: : Da relação embrionária a intenção de ruptura
/ Bruna Fernanda Bólico Pereira. -- 2015
105 f. ; 30 cm.

Orientador: Tânia Maria Santana dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Cuiabá,
2015.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social. 2. Conservadorismo. 3. Ruptura. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

BRUNA FERNANDA BÓLICO PEREIRA

**CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: DA RELAÇÃO EMBRIONÁRIA
A INTENÇÃO DE RUPTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para obtenção de título de Mestre em Política Social.

Apresentação em 19 de outubro de 2015.

Situação: Aprovada

Profª Drª Tania Maria Santana dos Santos
Orientadora

Profª Drª Leana Oliveira Freitas
Universidade Federal de Mato Grosso

Profª Drª Maria de Souza Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso

CUIABÁ- MT
2015

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe pelo incentivo e amor.

AGRADECIMENTOS

Que alegria poder registrar meus agradecimentos ao término dessa etapa de conclusão do Mestrado. Meus agradecimentos e amor a minha família, pelo apoio incondicional e incentivo em todas as minhas escolhas. Principalmente a minha mãe pelo exemplo de luta e amor.

Aos amigos, amigas, companheiros e companheiras de estudo, viagens, debates e discussões, pela parceria durante essa trajetória.

Ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso, e todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial à Professora Doutora Tânia Maria Santana do Santos, pelo carinho e apoio enquanto orientadora.

Aos professores das bancas de qualificação e de Defesa desta Dissertação.

E por fim, meus agradecimentos, respeito e orgulho à minha categoria profissional, que apesar de todas as dificuldades me impulsiona a continuar estudando e lutando por uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Metamorfoses

“Metamorfoses” tem objetivo de contar a trajetória de uma jovem estudante e o seu processo de descoberta sobre as contradições a sua volta. Sobre recordar esse processo de transformações repleto de desafios e conflitos. Mas para não dizerem que falei somente de larvas e lagartas, não deixarei de mencionar as borboletas como expressão de caminhos possíveis de rupturas e liberdade de voo.

Essa é a história de uma menina curiosa que durante a infância e a juventude frequentou escolas católicas e foi nesse período que os primeiros conflitos surgiram dentro da sua cabeça.

Certa vez, um professor de ensino religioso afirmou que espíritas vão direto para o inferno. E a menina questionou como ele poderia afirmar que uma pessoa vai para o inferno, pelo simples fato de seguir aquela religião? E o professor prontamente respondeu que como boa católica a menina não deveria questionar, apenas concordar e jamais seguir aqueles preceitos.

Ela não concordou, mas entendeu que não valeria entrar naquela discussão, pois percebeu que ali não haveriam argumentos que ele pudesse usar para convencê-la. Porém, jamais esqueceu aquela resposta.

A menina adorava usar saias, mas na escola era proibido. Rebelde, certo dia ela resolveu desafiar as regras e vestir suas saias para ir à escola, e foi advertida sob a justificativa que meninas de saia despertam os olhares dos meninos. Eles poderiam tentar ver suas “calcinhas” por isso, as meninas deviam ser discretas. A menina questionou, afinal que mal havia em usar saias? Ora os colegas deviam respeitá-la independente de suas vestes. No entanto, sua argumentação foi insuficiente e ela acabou tendo as asas cortadas. Era assim que “educavam” naquela época. E parece que a tendência continua.

Na cabeça de “quase” adolescente era inconcebível compreender como uma instituição que prega o amor, que incentiva os alunos e alunas a rezar, a respeitar o próximo é capaz de reprimir e condenar pessoas que seguem doutrinas diferentes. Se para os crentes todos são iguais perante a lei de Deus, por que a discriminação? Por que não educar os meninos para respeitar as meninas ao invés de restringir suas roupas como se estivessem cometendo um pecado?! Eram muitos os questionamentos.

A menina concluiu o ensino fundamental e médio e dentre tantas opções de curso superior, tinha dúvidas. Sempre preferiu humanas a exatas. Pensava em direito, comunicação, psicologia e serviço social, e como toda adolescente tinha um conhecimento superficial acerca dessas profissões.

Sob a perspectiva da garantia de direitos, a jovem optou por Serviço Social. Era uma euforia e uma realização sem tamanho estar inserida na Universidade Federal de Mato Grosso, pois passar no vestibular era algo muito difícil e ela achava que não iria conseguir.

Após a aprovação no vestibular os amigos e familiares se aproximavam com entusiasmo e perguntavam, você passou na federal para que curso? E a jovem respondia “passei para serviço social!”. E o entusiasmo desaparecia como num passe de mágica. E o sentimento que tomava conta era de que as pessoas não valorizavam sua escolha, talvez por desconhecimento, talvez por uma ideologia de que “assistente social só cuida de pobre”. Talvez! Essas respostas a deixavam bastante irritada e indignada. Com dificuldade ela tentava legitimar sua escolha.

Nos tempos de graduação observou que talvez aquilo que as pessoas diziam sobre o seu ingresso na faculdade fizesse algum sentido. Ela identificou que a maioria das colegas (só haviam mulheres em sua turma) eram religiosas, e logo nos primeiros dias de aula quando ainda estava buscando conhecer a turma, era comum o discurso “eu escolhi serviço social por que gosto de ajudar os outros” ou “eu já ajudava na minha igreja, vim aqui buscar um diploma” ou ainda “eu escolhi serviço social por causa da concorrência”. E essas respostas a faziam refletir, cursar uma faculdade para ajudar o próximo? Não poderia ser isso que o curso tinha para oferecer, afinal não era isso o que ela buscava.

O tempo foi passando a jovem já tinha uma turma de amigas que compartilhavam dos mesmos pensamentos que ela. Conheceram o movimento estudantil, e tentavam extrair da Universidade tudo o que ela podia oferecer participavam desde grupos de pesquisa às festinhas realizadas nas quadras da UFMT, era o momento de interagir com estudantes de outros cursos, conhecer a realidade deles e apresentar a que elas viviam, além de se divertirem e muito!

Participou de todas as viagens possíveis relacionadas ao Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS, compôs uma chapa no Centro Acadêmico, participava de reuniões do Diretório Central dos Estudantes -DCE, e toda essa

vivência fez ampliar seus horizontes. Nesse processo assistiu expressões de amadurecimento político da profissão, aquilo que dizem sobre a intenção de ruptura sabe?

E essa vivencia se refletia na jovem da maneira mais inusitada e bela que se podia imaginar. A jovem curiosa da graduação passou a desconstruir as paredes de seu casulo e a se reconhecer na sua condição de mulher que acredita na sua profissão, que luta por uma sociedade emancipada, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

A agora Assistente Social ingressou no Mestrado na mesma “casa” em que se graduou, motivada pelo compromisso que assumiu com a sua categoria profissional, com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

As dificuldades como análises de texto, leituras complexas, as inúmeras borboletas que sentia girar no estomago, e a insegurança de achar que talvez não fosse capaz de construir essa dissertação a fizeram cometer escolhas equivocadas. Teve problemas para definir seu objeto e chegou a pensar em desistir. Achou que não seria capaz. Mas em meio a tantas dificuldades, buscou forças no apoio de familiares, amigas, amigos e professoras para concluir mais uma das fases que a vida lhe proporcionou.

Percebeu que o conflito religioso que germinou as primeiras contradições em sua infância, é apenas uma das expressões do conservadorismo em nossa sociedade, que existem muitos outros e que eles estão muito além das pequenas esferas que podemos suportar. Entendeu que tal como larvas e lagartas em seu casulo, os desafios são históricos, transitórios e possíveis de superar se quiserem ver as danças das borboletas coloridas no ar.

A luta continua!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a presença do conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Busca-se compreender a ideologia conservadora clássica, e o seu significado com o advento da modernidade, bem como a oposição ao conservadorismo e a resistência que se estabeleceu com a dialética marxista. Percorremos o momento histórico em que emerge a profissão de Serviço Social até o processo de busca de ruptura com o tradicionalismo. Posteriormente buscamos identificar os principais caminhos que reatualizam o conservadorismo e o neoconservadorismo no Serviço Social. Procurou-se, ter clareza dos desafios que se apresentam a profissão, a fim de lançar-se ao seu enfrentamento.

Palavras-chave: Serviço Social, conservadorismo, movimento de reconceituação, pós modernidade;

ABSTRACT

This work aims to analyze the presence of conservatism in the Brazilian Social Service. For this a literature search was performed. We seek to understand the classic conservative ideology, and its meaning with the advent of modernity, as well as opposition to conservatism and resistance that was established with the Marxist dialectic. We go through the historical moment that emerges of social workers to the search process to break with traditionalism. And then we enter in the contemporary world in order to identify the main ways that reactualized conservatism and neoconservatism in Social Work. He tried to even have clarity of the challenges facing the profession in order to throw himself to his face.

Keywords: Social service; conservatism; Movement Reconceptualization; Postmodernity;

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira Escola de Serviço Social

CA – Centro Acadêmico

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistente Sociais

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CF – Constituição Federal

CONAD - Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas

DCE – Diretório Central dos Estudantes

EAD – Educação a Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LOAS – Lei orgânica da assistência

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais

ONG: Organização Não Governamental

PL – Projeto de Lei

PNDH: Programa Nacional de Direitos Humanos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PT: Partido dos Trabalhadores

SUAS – Sistema único de Assistência Social

SUS: Sistema Único de Saúde

UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 – O CONSERVADORISMO CLÁSSICO NA SOCIEDADE MODERNA.....	17
1.1 O Pensamento Conservador	18
1.2 A ruptura com o pensamento conservador – o antagonismo de ideias.....	24
1.3 A reatualização do conservadorismo e o neoconservadorismo	31
2. O SERVIÇO SOCIAL E A SUA VINCUIÇÃO COM O PENSAMENTO CONSERVADOR	37
2.1 Origem e profissionalização do Serviço Social: a presença do conservadorismo	37
2.1 O Processo de renovação do Serviço Social	51
2.2 O Serviço Social nos anos 1990: O Projeto Ético – Político como elemento de ruptura.....	61
3. NEOCONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL	70
3.1 A presença do neoconservadorismo no serviço social	70
3.2 Reafirmando a luta contra o conservadorismo.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFÊRENCIA BIBLIOGRAFICA.....	97
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

O interesse em investigar a presença do conservadorismo na profissão não é recente, se inicia a partir das experiências vivenciadas durante a graduação em Serviço Social, seja através das discussões realizadas em sala de aula, do convívio com as/os colegas, da participação em encontros de estudantes bem como da vivência no movimento estudantil. O que nos levou a eleger como tema do Trabalho de Conclusão de Curso o confronto dos valores religiosos na formação profissional em Serviço Social que teve como título: *“Do pai nosso que está no céu à religião como ópio do povo: o confronto de valores na formação profissional em serviço social”*. Durante esta trajetória, pude perceber que alguns temas ainda são tabus, e causam imenso desconforto quando trazidos à tona. Quanto silêncio na hora de se discutir aborto, quanta indiferença ao tratar das agressões sofridas por homossexuais, quanta intolerância ao falar de religiões de origem africana. Será mesmo que rompemos com o conservadorismo?

Inquietava-nos o fato de ouvirmos de colegas da graduação a afirmação de que cursavam Serviço Social porque gostavam de ajudar o próximo ou ainda de que já eram assistentes sociais em determinadas igrejas e estavam buscando o diploma. Essas afirmações são comuns nos semestres iniciais, quando o/a discente ainda não tem clareza sobre a profissão. Afinal, o Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que está inserida nas mais diversas áreas (saúde, previdência, assistência social, educação, habitação, justiça, etc) a fim de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar programas e políticas públicas.

Mesmo considerando que estas afirmações foram feitas por discentes durante o processo de aprendizagem, elas nos permitem refletir que além da falta de conhecimento acerca da profissão, essas afirmações poderiam estar relacionadas às contradições em torno da defesa de valores abstratos trazidos por estas pessoas antes de ingressarem na graduação. Valores que se confrontam com o Projeto Ético Político da Profissão, que são contrários às bandeiras de luta defendidas por essa categoria.

Nesse sentido, é imprescindível discutir, analisar e questionar, princípios e valores, o que na maioria das vezes, inquieta a individualidade e subjetividade do/a discente, no seu processo de formação profissional, pois este não poderá ser um

profissional livre de preconceitos e com atitudes éticas, no sentido do reconhecimento da totalidade, se for uma pessoa conservadora e preconceituosa que compreenda seu lugar no mundo e sua relação com o outro, apenas na sua singularidade/ individualidade.

A profissão através do seu projeto ético político e do Código de ética é radicalmente contrária a todo e qualquer tipo de preconceito e autoritarismo, visto que é a compreensão da ética na perspectiva ontológica, que nos subsidia para uma reflexão enquanto possibilidade de saída da alienação proveniente do modo de produção capitalista.

Entendemos que é um tema relevante que merece ser discutido e estudado. Neste sentido o mestrado representou a oportunidade de aprofundar com maior rigor e maturidade intelectual as reflexões que já vínhamos desenvolvendo na graduação, no entanto, o enfoque agora é a presença do conservadorismo ou neoconservadorismo no serviço social contemporâneo.

Acreditamos que as particularidade da nossa formação social, com sua tendência ao conservadorismo moral e o peso das relações sociais, reatualizam práticas conservadoras no cotidiano de trabalho dos/das assistentes sociais, tencionando o projeto ético-político da categoria. Além da peculiaridade da nossa formação, a sociabilidade do capital repõe e aprofunda valores que se confrontam com o projeto profissional dos assistentes sociais.

É fundamental entendermos que a reflexão ética é o caminho para podermos avaliar constantemente nossas ações, e não cair nos equívocos de analisar a dimensão ética da profissão de forma fragmentada.

Procuramos através deste trabalho, contribuir para a ampliação dessa discussão no âmbito do Programa de Pós-graduação em Política Social, uma vez que o programa oferece a linha de pesquisa: Trabalho, questão social e serviço social - à qual estamos inseridas - levando em consideração que o/a Assistente Social irá atuar diretamente com as políticas sociais, deste modo torna-se imprescindível que este tenha discernimento de que as políticas sociais constituem – se como direito e foram conquistadas através da luta e da organização da classe trabalhadora e não são meras benesses da Igreja e do Estado.

A nossa pretensão inicial consistia na realização de uma pesquisa empírica com as/os discentes de serviço social em Cuiabá - MT e a partir da realização de

entrevistas analisar de que forma o pensamento neoconservador tem se manifestado na profissão, se as/os discentes ainda optam pelo curso por uma questão religiosa e moral, desconhecendo o caráter político da profissão. Essa proposta foi apresentada na banca de qualificação, porém, no momento foi sugerido não atribuir a presença do conservadorismo apenas a religião e desta forma realizar uma pesquisa bibliográfica e documental, analisando o caminho percorrido pela categoria desde o seu surgimento a intenção de ruptura com as práticas conservadoras e o momento atual em que as práticas conservadoras invadem todos os âmbitos da sociedade atingindo também a profissão. Deste modo, aceitamos a sugestão da banca e temos como objeto de estudo a presença do conservadorismo no serviço social contemporâneo.

Assim, neste estudo temos como categorias centrais o conservadorismo, neoconservadorismo e o serviço social brasileiro. Buscaremos analisar os elementos que compõe o pensamento conservador clássico e o seu significado com o surgimento da modernidade bem como a oposição ao conservadorismo manifestada através da dialética marxista. Percorreremos a trajetória em que emerge a profissão de Serviço Social até o processo de busca de ruptura com o tradicionalismo, e posteriormente entenderemos os desafios que se apresentam a profissão hoje e todo o esforço que parte da categoria tem imprimido como forma de resistência ao neoconservadorismo.

Para isso, como dito anteriormente optamos pela realização de uma pesquisa bibliográfica tendo em vista que:

“abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais(...) a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente, e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (MARCONI e LAKATOS, 2007:71).

Através da pesquisa bibliográfica objetivamos apontar conclusões inovadoras e não apenas reproduzir o que já foi dito sobre o assunto. Para isso identificamos as produções já existentes acerca das nossas categorias de análise, localizamos estes materiais, selecionamos os autores que seriam utilizados na nossa discussão e compilados sistematicamente, a fim de subsidiar nossa produção.

Utilizamos também documentos publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, tendo em vista que o conselho tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS.

O trabalho aqui está dividido em três capítulos, onde inicialmente dedica-se a reconstituir alguns significados fundamentais: Para tanto, retomamos o significado do programa da modernidade e do projeto de ilustração, que guardam em seus fundamentos os principais alvos de rejeição daquele pensamento, a teoria marxista em contraposição e como busca de ruptura com a ideologia conservadora e a reatualização do conservadorismo na atualidade. Para isto, apoiamo-nos principalmente em Escorsim e Coutinho e Netto.

No segundo capítulo temos o surgimento do serviço social da relação embrionária a intenção de ruptura com o conservadorismo. Tratamos de apanhar as determinações sócio-históricas, que deram origem à necessidade social da profissão. Resgatamos as mediações fundamentais que informam uma determinada conformação do Serviço Social contemporâneo, de sua vinculação inicial com a Igreja Católica a necessidade estratégica de incorporação daquele trabalhador junto ao aparato do Estado, a fim de “dar tratamento” às sequelas provenientes da “questão social”. Processo este, que estabeleceu um novo marco teórico-político para a profissão, vinculado a teoria social crítica de Marx. Essa contextualização é fundamental para compreendermos o serviço social que temos hoje. Utilizamos principalmente Netto, Yazbek e Yamamoto, referências importantíssimas para o serviço social.

A discussão do capítulo terceiro trata de compreender os processos ideológicos que alimentam o mundo contemporâneo, para apanhar os principais condutos que reatualizam o neoconservadorismo no Serviço Social. E apesar de tudo que está posto, o esforço que parte da categoria profissional tem realizado para romper com as práticas conservadoras através do conjunto CFESS/CRESS E ABEPS. Neste item utilizamos os documentos elaborados pelas instâncias que representam a categoria profissional, e elencamos algumas das bandeiras de luta defendidas pela profissão que vão de encontro a ideologia conservadora, presente na sociedade.

Assim, a preocupação com a revelação das expressões que potencializam a reatualização neoconservadora no Serviço Social contemporâneo expressa, antes, uma questão particular, que nos incomodou desde a graduação, ainda que inscrita numa problemática que rebate na profissão na sua universalidade. Nessa medida, este estudo tratou de conhecer as principais estratégias utilizadas pelo pensamento conservador moderno e a sua variante pós-moderna, por onde se move a dominante cultural ideológica da ordem burguesa contemporânea, sobretudo, para apresentar alguns velhos dilemas que se recompõem no Serviço Social e a urgência em trazê-los para o campo da discussão. Procurou-se, mesmo, ter clareza do problema que recai sobre a profissão na atualidade, a fim de lançar-se ao seu enfrentamento. Ressaltamos que a discussão não está encerrada, podendo ainda ser explorada e interpretada sob diferentes perspectivas.

1 – O CONSERVADORISMO CLÁSSICO NA SOCIEDADE MODERNA

Assim nasce o conservador

De todos os invernos
De todas as noites sangrentas
De todos os infernos
De todos os céus desterrados de perdão.
De toda obediência burra
Ao oficial, burocrata,
À coroa, ao cetro,
Ao papa, ao cura.
De todo medo
“Agora não, ainda é cedo”,
de todo gesto invertido para dentro,
de toda palavra que morre na boca.
Do obscurantismo, de todo preconceito,
de tudo que te cega, de tudo que te cala,
de tudo que lhe tolhe, de tudo que recolhes,
de tudo que abdicas, de tudo que te falta.
Um beijo o assusta,
um abraço o enfurece,
a dúvida o enlouquece,
a razão se esvanece no vácuo.
Germina, assim, uma impotência tão grande,
que deforma as feições e torna tenso o corpo,
o dedo em riste, a veia que salta no pescoço,
a boca transformada em latrina.
Assim nasce o conservador.
Ele teme tudo que é novo e se move.
É um ser frágil, arrogante, assustado...
e violento.

Mauro Luis Iasi.

Ao longo deste capítulo iremos compreender o pensamento conservador em suas diferentes expressões, tendo em vista que o nosso objeto de estudo refere-se à presença do conservadorismo/neoconservadorismo no Serviço Social brasileiro. Deste modo, nosso intuito é localizar o tempo e o espaço em que se configura e em que consiste essa ideologia.

O pensamento conservador moderno apresenta inúmeras expressões e é identificado em particular às consequências da Revolução Francesa. Na sequência apresentamos o antagonismo do materialismo histórico dialético e o pensamento conservador e este antagonismo pode ser inicialmente apreciado se considerarmos os elementos que caracterizam a constituição do marxismo, sendo que a posição de Marx e Engels foi de encontro com a sustentada pelos conservadores. Ainda nesta seção, buscamos apresentar os elementos que comprovam a reatualização do conservadorismo na contemporaneidade.

1.1 O Pensamento Conservador

Historicamente, o conservadorismo surgiu como reação à Revolução Francesa e conseqüentemente aos seus ideais norteadores: igualdade e liberdade. A Revolução trouxe à tona a perspectiva de progresso, esperança na possibilidade de um futuro pautada na ciência, na razão e na luta social. A Revolução transferiu para o ser humano a responsabilidade por suas escolhas e pelo seu destino, conferindo-lhe a capacidade teleológica, pensar, criar, planejar, superando a razão no lugar da fé, o Estado no lugar da Igreja.

De acordo com Escorsim (2011), a Revolução Francesa, constitui um importante marco da civilização, pois, representou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza e do clero.

A crise do feudalismo tem início no século XIV, num processo extremamente complexo, que só culminará, em termos histórico-universais, no final do século XVIII. O processo de crise do feudalismo é, igualmente, o solo histórico do movimento que conduzirá ao mundo moderno – a Revolução Burguesa.

Netto (2007:71) explica que em meados do século XIV, a produção em que fundamentalmente se baseava o regime feudal viu-se comprometida, as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos para recuperá-las. Por outra parte, limites técnicos reduziram amplamente a mineração da prata, com o que se travou fortemente o curso do dinheiro. Além disso, houve outro fenômeno que trouxe grandes dificuldades, a peste negra, que dizimou grande parte da população europeia.

O Estado absolutista manteve-se como superestrutura política de uma sociedade feudal, com ele, a nobreza garantiu seu poder de opressão e exploração sobre o conjunto da sociedade. Contudo, nos séculos XVI, XVII e XVIII o sistema feudal começa a entrar em colapso, as grandes descobertas desse período, se desdobraram no processo de industrialização, a chamada Revolução Industrial.

A Revolução Industrial provocou uma série de transformações na sociedade, resultando muito mais do que mudanças técnicas na forma de produzir bens materiais - substituição das ferramentas por máquinas, o modo de produção doméstico (manufatura) é substituído pelo sistema fabril - “seu processo é o

processo pelo qual a burguesia opera a conquista da sua hegemonia econômica e social ainda nos quadros da sociedade feudal” (ESCORSIM, 2011:42).

Os progressistas confiavam no princípio de Hegel, que acreditava tratar-se de uma razão histórica que podia ser apreendida pelo pensamento humano na “[...] elaboração de uma racionalidade humanista e dialética [...]” (COUTINHO, 2010:121). Por essa razão buscavam combater o sistema feudal tradicionalista, marcado por uma sociedade hierarquizada e pelo domínio da igreja católica.

A cultura da Modernidade que se instaura nesse período possui características próprias e traços determinantes “racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo e suas características mais marcantes – secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante” (ESCORSIM, 2011:43). Expressa o rompimento ou o distanciamento de critérios teológicos, em virtude do desenvolvimento científico.

De acordo com SERAFIM (2014), as conhecidas Revoluções Burguesas – Revolução Inglesa (Puritana e Gloriosa), a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa – estabeleceram-se enquanto processos históricos nos quais a burguesia materializa o seu poder econômico e poder político.

Com o intuito de assegurar e fortalecer o sistema emergente, a burguesia conduz uma revolução política que destrói o Estado feudal e, é precisamente neste período de configuração da sociedade burguesa que surge o pensamento conservador clássico. Apontado por Escorsim (2011).

De acordo Nisbet (1987:15) “só em 1830, na Inglaterra, o conservadorismo começou a fazer parte do discurso político. Mas sua substância filosófica nasceu em 1790”. Ele afirma que o conservadorismo moderno estava atrelado a Edmund Burke, devido a sua obra *Reflections on the Revolution in France*.

Recorrendo a Burke, como afirma Nisbet (1987) “o profeta do conservadorismo”, compreendemos que ele rejeita a forma da ação política e a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição

Nesse sentido Escorsim (2011) afirma que:

“a tensão embutida no pensamento de Burke está em que, sem recusar o desenvolvimento da nova riqueza das nações, recusa as suas necessárias implicações socioculturais. O alvo de Burke é a ilustração: na Revolução, ele (corretamente diga-se de passagem) vê o magistério de Rousseau; numa palavra, Burke quer a continuidade

do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas. E considera que a Revolução é a excrescência desnecessária que efetiva essa ruptura” (ESCORSIM,2011:46).

Burke rejeita alguns componentes da modernidade e conduz suas reflexões em torno da defesa de valores que fundamentam o pensamento conservador. Quanto a tais valores, destacamos através de algumas citações:

“ Só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição [...] atuando sempre como na presença de antepassados canonizados, o espírito de liberdade, que em si mesmo conduz ao desgoverno e ao excesso, é moderado por uma seriedade respeitável [...] Por este instrumento nossa liberdade torna-se uma liberdade nobre [...] A própria ideia de confecção de um novo governo é suficiente para nos encher de desgosto e horror [...] Todas as reformas que até realizamos procedem do princípio de referência à antiguidade; e eu espero, ou antes, estou convencido de que todas aquelas que eventualmente possam ser realizadas daqui por diante serão concebidas cuidadosamente a partir do precedente, da autoridade e do exemplo analógicos” (BURKE apud ESCORSIM: 2011,61).

Ainda sobre a liberdade ele pontua que ela deve ser restrita e que:

“A sociedade exige não somente que as paixões dos indivíduos devam ser dominadas, mas que, mesmo na totalidade e na estrutura tanto quanto nos indivíduos, as tendências humanas sejam frequentemente, sua vontade controlada e suas paixões trazidas à sujeição [...] Nesse sentido, as restrições sobre os homens, tanto quanto suas liberdades devem ser consideradas entre seus direitos [...] o homem em geral é muito mau para ser livre” (BURKE apud ESCORSIM, 2011:61).

Burke defende uma liberdade restrita, subordinada a moral, para ele, a finalidade da liberdade é a proteção do indivíduo e da propriedade da família. O objetivo da igualdade é a redistribuição dos valores imateriais e materiais de uma comunidade.

“Além disso, sendo o vigor individual do espírito e do corpo diferente nos indivíduos desde o nascimento, todos os esforços para compensar esta diversidade de forças por meio da lei e do governo só podem prejudicar as liberdades dos interessados, especialmente as liberdades dos mais fortes e mais brilhantes” (NISBET, 1987:84).

Burke acreditava que a Revolução fora motivada apenas pelo desejo de liberdade, liberdade para o povo em relação a um governo que procurava impor ilegitimamente a sua vontade sobre os direitos inerentes dos cidadãos individuais.

Do humanismo ao individualismo burguês, os valores adquirem densidade histórica, o homem é tratado como indivíduo autônomo, em função de sua racionalidade e de sua mobilidade social.

Para Barroco (2010:106), “a fluidez das relações burguesas não permite relações estáticas ou duradouras”. A Reforma protestante com Lutero evidencia uma nova relação dos indivíduos com os símbolos da fé, são questionadas as formas de mediação entre os indivíduos e Deus. A nova sociabilidade burguesa leva a uma delimitação dos espaços público e privado em função das necessidades da produção e das relações sociais que se caracterizam por impessoalidade, racionalidade, por seu dinamismo e diversificação. O espaço público não é mais tratado como lugar do bem comum, mas como o lugar onde a liberdade política da cidadania se choca com a luta pelos interesses, o que se reflete nas teorias políticas, em Maquiavel, Hobbes, Locke e outros.

De acordo com Coutinho (2010) o capitalismo constitui uma revolução social, cultural e econômica de ampla dimensão. Seu desenvolvimento, para tanto, dependia da superação do processo de produção feudal e, conseqüentemente, de sua forma de organização do trabalho. Assim, o pensamento vai se vinculando a uma nova dialética racional a qual considera o homem, um ser social complexo e articulado.

Na passagem do século XIX para XX, a classe operária identifica o peso da tendência exploradora da burguesia e também das contradições geradas nesse processo de reprodução do capital, e não tendo efetivação das promessas de igualdade e de direitos defendidos pela burguesia revolucionária, se apropria dos ideais progressistas, organiza-se e passa a travar uma luta social em defesa dos supostos princípios revolucionários, posicionando-se contra a exploração do trabalho e as desigualdades sociais.

Como demonstra Coutinho (2010), O rompimento da classe burguesa com seu ideário progressista, pode ser datado no ano de 1848, com uma revolução por meio da qual se esvaiu a filosofia clássica burguesa, resultando na filosofia da decadência responsável por limitar a possibilidade do conhecimento. Desta maneira:

[...] a burguesia dominante, pressionada pelo movimento operário e socialista, precisa abrir mão da cultura progressista (ilustrada) e da preocupação em conhecer efetiva e vorazmente a sociedade, substituindo as por construções ideológicas racionalizadoras e legitimadoras de seu domínio. A grandeza ideológica da Ilustração,

com suas ilusões heroicas, sucede a apologia mistificadora do presente, com a decadência ideológica (ESCORSIM, 2011:48).

Nessa perspectiva, a burguesia adapta a sua vinculação aos propósitos conservadores e passa a interagir com os defensores do antigo regime feudal no intuito de recriar a cultura moderna a partir do resgate do pensamento conservador. Observa-se que essa forma de pensamento, primeiramente, se limita a recusa dos princípios da revolução burguesa, posteriormente, após o ano de 1848, passará a recusar qualquer tipo de revolução em nome da ordem. O pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário.

Ainda no pós -1848 o conservadorismo soma forças com o positivismo, dando origem as modernas ciências sociais, tornando-se um importante componente da cultura burguesa. “Nesta passagem, desaparecem do pensamento conservador as demandas restauradoras e o próprio componente anticapitalista se converte numa conceptualização de caráter científico” (ESCORSIM, 2011:52). Deste modo, os conservadores estarão empenhados na construção de um conhecimento que possibilite a superação da ameaça revolucionária.

Durkheim foi um dos ideólogos responsáveis pela construção teórica de alternativas à crise do pensamento e à revolução numa ótica de integração social que incorpora os valores básicos do conservadorismo. O seu pensamento se constrói para enfrentar a “questão social” e neste sentido:

“ Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que se induzir uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado às suas forças espontâneas [...]O enfrentamento da “questão social” implica reformas sociais que Durkheim advoga, mas supõe, preliminarmente, uma reforma moral – eis por que, em Durkheim, a socialização dos indivíduos adquire estatuto tão decisivo: o papel da educação é central no pensamento durkheiminiano. Na verdade, sociologia e educação são as propostas de Durkheim para superar a crise da sociedade moderna (burguesa): a primeira permitirá a construção de uma moralidade capaz de dar caráter orgânico / harmônico à ordem social; a segunda propiciará a internalização dessa moralidade pelos indivíduos” (ESCORSIM,2011:53).

Assim, segundo Durkheim, à sociologia caberia estudar somente os “fatos sociais”, e estes consistiriam em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção sobre este mesmo indivíduo.

Escorsim nos explica que neste momento do processo do pensamento conservador, o anticapitalismo torna-se residual, e se manifesta principalmente na

contraposição abstrata e a-histórica entre padrões de sociedade tradicional (pré-capitalista) e moderna (capitalista).

Simionato (2009) aponta que Durkheim possuía uma forte influência de Kant. Nas formulações kantianas sobre a produção do conhecimento, destacam-se dois elementos: a existência do objeto que desencadeia a ação do pensamento e a participação do sujeito ativo e de sua capacidade de conhecer. Embora Durkheim tenha criticado seus antecessores, dizendo que não saíram da esfera do pensamento e não estudaram o real. O próprio não transcende as ideias de Augusto Conte (alvo de suas críticas).

Essa forma de pensar, pautada na capacidade da consciência individual e autônoma, prosseguiu durante o século XVIII e em todo o período conhecido como Iluminismo. O questionamento mais importante a esse modo de pensar é realizado por Hegel.

A partir de Hegel, portanto, desenvolve-se uma proposta revolucionária de compreensão do real. Coutinho (1972) sintetizada em três núcleos:

“o humanismo, que remete à compreensão do homem enquanto produto da sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, relativo, à afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e a razão dialética, que implica na compreensão objetiva e subjetiva da realidade e na superação do saber imediatista e intuitivo”(COUTINHO, 1972:14).

Essa forma de apreensão da realidade, inaugurada com Hegel, contribuirá para a formação teórica de pensadores como Marx, Engels e toda a tradição marxista.

Desta maneira, dentre as características do pensamento conservador, destaca-se sua vocação para o passado, terreno germinativo da inspiração para a interpretação do presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. A liberdade é levada restritamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações sociais devem ser subordinadas aos princípios da hierarquia e da disciplina. A ideologia conservadora não tem a característica de teorizar, sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordem natural do mundo, elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas. Esse pensamento torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de

armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes. Estes são alguns traços que conferem um perfil ao conservadorismo.

Escorsim (2011), nos mostra que a ideologia conservadora:

“De Burke a Durkheim , passando por Tocqueville, as várias alterações sofridas pelo conservadorismo não eliminaram a confiança de que os desfechos da história seriam positivos [...] O pensamento conservador da gênese a Durkheim, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro, seja porque os homens acabariam por ceder à compreensão de que não adiantaria lutar contra a “ordem natural”, seja porque o realismo das camadas dirigentes terminaria por impor-se, seja, enfim, porque uma nova moral laica garantiria o controle necessário à harmonia social”(p.56).

De acordo com a autora, está é a maior característica do período denominado Conservadorismo Clássico.

A partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique o pensamento conservador perde a perspectiva otimista e assume novas características, “o otimismo perdido é substituído pelo desespero – a angustia” (ESCORSIM, 2011:57).

Desta maneira, o pensamento conservador, em seu período clássico que corresponde a Revolução Francesa (1789) à Primeira Guerra Mundial (1914), avançou da recusa a ordem social construída pela burguesia revolucionária, para uma atitude de defesa da ordem burguesa consolidada. Após 1848, o conservadorismo assume a perspectiva contrarrevolucionária, e oferece alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida.

1.2 A ruptura com o pensamento conservador – o antagonismo de ideias

Ainda no século XIX a dialética que aparece no pensamento de Marx surge como uma tentativa de superação da dicotomia entre sujeito e o objeto. De acordo com Escorsim (2011) é um dado histórico o fato de o marxismo ter surgido na sequência da constituição do pensamento conservador, – marxismo e conservadorismo expressam-se como vertentes de pensamento radicalmente opostas.

As produções teóricas do pensamento conservador, naquele momento, oscilante entre o reconhecimento dos limites da ordem econômica e a fidelidade aos interesses imediatos da burguesia, provoca um movimento incapaz de capturar o

significado das categorias econômicas para apreender a objetividade humana. O pensamento filosófico decadente esvazia-se de cientificidade. E a partir do pensamento de Marx:

Não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todos shopkeepers (lojistas) ou defensores entusiastas desses últimos. Segundo sua formação e posição individual, podem estar tão longe deles como o céu é da terra. O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que essa classe não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais os interesses materiais e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Essa é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam (MARX, 1984, p. 18).

Desta maneira, o caráter ideológico que caracteriza o pensamento filosófico decadente guarda origem na apreensão rasa que extrai da espontaneidade da vida imediata.

Este antagonismo entre conservadorismo e marxismo pode ser compreendido se considerarmos os elementos que constituem o marxismo. De acordo com Escorsim (2011), o marxismo se articula exatamente sobre o bloco cultural a que se contrapunha o conservadorismo: a economia política inglesa, a filosofia clássica alemã e o socialismo utópico, esses componentes estão intimamente relacionados ao iluminismo.

“a filosofia clássica alemã, num arco que vai de Kant a Feurbach, seu último representante, configura um circuito que parte do liberalismo e se conclui no ateísmo; sua figura central, a mais respeitada e reivindicada por Marx e Engels, a de Hegel, é incorporada pelo marxismo, não através de seu sistema (conservador), mas através de seu “método” revolucionário, a dialética. Quanto aos socialistas utópicos – Saint-Simon, Fourier e Owen – herdeiros legítimos da racionalidade iluminista, nada poderia aproximá-los de uma visão conservadora” (ESCORSIM, 2011:111).

Fica evidente que o Iluminismo e a Revolução constituem as bases fundantes do antagonismo entre marxismo e o conservadorismo. E esse antagonismo se manifestou com maior intensidade no plano político. De acordo com Martins (2012), ao mesmo tempo em Marx e Engels conseguiram incorporar os avanços filosóficos de Hegel, os superaram, denunciaram o empobrecimento teórico e filosófico

representado pelos jovens hegelianos de “esquerda” e, ainda, trouxeram para o centro da reflexão a denúncia da realidade sóciohistórica presente naquele contexto.

Posteriormente a revolução de 1848 Marx e Engels enfrentam diretamente o conservadorismo, formulando uma crítica sistemática em defesa dos revolucionários. “Envolvidos como estavam na elaboração teórica e na organização do movimento operário, seus esforços de crítica se dirigiam, sobretudo, às correntes que poderiam afetar diretamente essa organização” (ESCORSIM, 2011:117).

A crítica marxista encontra no proletariado os elementos fundamentais que o localizam como classe essencialmente radical e capaz de instituir o Estado sobre novas bases; mais que isso, situa na classe proletária a representação das aspirações universais em detrimento dos interesses particulares e que somente será capaz de emancipar-se emancipando todas demais esferas da sociedade. Marx afirma que “de modo algum bastava analisar as questões: quem deve emancipar? Quem deve ser emancipado? A crítica tinha uma terceira coisa a fazer. Ela devia perguntar: *de que tipo de emancipação se trata?* Quais são as condições que têm sua base na essência da emancipação exigida? Tão somente a crítica à *emancipação política* mesma poderia constituir a crítica definitiva à questão judaica e sua verdadeira dissolução na “*questão geral da época*” (MARX, 2010.36).

Marx e Engels afirmam que tudo que os homens conseguiram efetivar ao longo do desenvolvimento da história está fundamentado nessa forma de organização social, que, ao mesmo tempo em que os submete a uma ordem estranha, também os impulsiona a se adaptarem àquele modo de produção, em um movimento constante e contraditório que evidencia a necessidade permanente de “transformação” para manter-se.

Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido

simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais (Marx, 2007, p. 38-39, grifo do autor).

A concepção de materialismo histórico de Marx e Engels, é determinada pela forma de (re)produção material da vida gerada pelo processo real de produção e pelo formato que a sociedade assume, seja através do Estado, seja a partir do conjunto das elaborações teóricas e das formas de consciência manifestas na realidade, de onde todas as formas e produtos da consciência só podem ser dissolvidos pela dissolução prática das relações sociais.

Dentro da perspectiva marxista, os princípios fundamentais que explicam o processo de desenvolvimento social, podem ser resumidos nos termos: materialismo histórico e materialismo dialético. Enquanto o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na sociedade, a dialética refere-se ao método de abordagem deste real.

O método na perspectiva marxiana:

“não se confunde com técnicas ou regras intelectuais [...] é uma relação entre sujeito e objeto que permite ao sujeito aproximar-se e apropriar-se das características do objeto [...] A investigação marxista caracteriza-se, assim, por não se deixar enganar por aspectos e semelhanças superficiais presentes nos fatos” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008:39).

Nessa perspectiva, o conhecimento não é absoluto, mas é possível apreender as múltiplas determinações dos processos sociais historicamente situados.

Assim, ao descobrir a essência dos fenômenos, na perspectiva crítico dialética, pressupõe situá-los na realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta. A totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, as conexões, necessárias à sua apreensão.

Para Marx, a ideia seria o próprio real transposto e traduzido no pensamento do homem. Marx excluía o sublime do existente, do real, contrapondo a dialética mistificada de Hegel à dialética calcada no real. Segundo ele, somente poderia permitir atingir abstrações frágeis e progressivamente mais simples. Mas do real e do concreto enquanto uma rica totalidade de determinações e diversas relações. (Marx, 1982: 14).

Marx apresenta que primeiramente deve-se entender a produção material para compreender a produção e reprodução social. Assim, a história possui um significado importantíssimo na obra marxista, uma vez que esta é construída pela vida dos homens e é feita pelo conjunto dos homens. Para isso, é necessário compreender a produção material da vida social, a partir da qual os homens se reproduzem como também compreender o trabalho, enquanto uma mediação homem x natureza, entendendo as demandas de produção e reprodução que se dá na relação entre os homens.

As relações de produção seriam as relações concretas que os homens estabeleceriam em uma determinada sociedade, tendo em vista a produção e reprodução dos indivíduos, das classes sociais e da sociedade. As relações de produção se expressariam na forma de propriedade, na forma de produção e distribuição dos excedentes sociais e na forma de organização das relações de trabalho entre as classes sociais. As relações de produção condicionariam profundamente as relações sociais em geral.

De acordo com a teoria marxista, compreendemos que o trabalho encontra-se na base da atividade econômica, os seres humanos transformam matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. As características do trabalho diferenciam o ser humano da natureza, por sua capacidade de pensar, planejar e organizar as ideias de acordo com as suas necessidades.

“[...] o trabalho é um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha, é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e por tanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana [...]” (MARX, 1983: 149-153).

O trabalho desenvolvido pelo ser humano é algo substantivamente distinto das atividades produzidas pelos animais, suas características não são próprias das atividades determinadas pela natureza; elas configuram, em relação à vida natural, um novo tipo de atividade, exclusivo. Para o desenvolvimento do trabalho humano ocorre uma relação mediada entre o seu sujeito e o seu objeto. “Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo” (NETTO, 2007:32). Entre o sujeito e a matéria natural há sempre um instrumento que media a relação entre ambos. Sendo que a natureza não cria instrumentos, esse é mais um elemento que distingue o homem, o trabalho é uma atividade projetada teologicamente direcionada, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito.

Ainda sobre a categoria trabalho, Netto (2007) aponta:

“tudo isso requer um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a linguagem articulada) que, além de apreendida, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca” (NETTO, 2007:33).

A comunicação é importante, a medida que se leva em conta que o trabalho não é um processo que se realiza isoladamente de um outro membro, assim, o trabalho é uma atividade coletiva. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é substantivamente, aquilo que se denominará de social.

Desta maneira, observamos que o trabalho além de implicar a relação sociedade – natureza provoca uma interação entre os próprios sujeitos e a sua organização.

Guerra (2011) argumenta que, para Marx, existe uma única ciência, a história. Esta ciência envolve natureza e sociedade e se esta última possui dinâmica e estrutura, a sua análise não pode ser feita da mesma forma que a primeira – a natureza. É no processo de trabalho, quando o homem vai construindo a sua história, através de sua ação sobre a realidade, em busca de atingir suas finalidades, que este homem constrói uma racionalidade.

Desta maneira, Marx redefine a dialética anteriormente explicada por Hegel e estabelece o seu movimento em três perspectivas, as quais Konder vai tratar como leis da dialética:

Primeira lei se refere ao fato de que, ao mudarem, as coisas não mudam sempre no mesmo ritmo; o processo de transformação por meio do qual elas existem passa por períodos lentos (nos quais se sucedem pequenas alterações qualitativas) e por períodos de aceleração (que precipitam alterações qualitativas, isto é, “saltos”, modificações radicais), Engels dá o exemplo da água que vai esquentando, até alcançar cem graus centígrados e ferver, quando se precipita a sua passagem do estado líquido ao estado gasoso. A segunda lei é aquela que nos lembra que tudo que tem em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes. Conforme as conexões (quer dizer, conforme o contexto em que ela esteja situada), prevalece, na coisa, um lado ou o outro da sua realidade (que é intrinsecamente contraditória). Os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade (e por isso esta lei já foi também chamada de unidade e luta dos contrários). A terceira lei dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre as teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém, a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação (KONDER, 1998:28-29).

Deste modo, a dialética é a estrutura contraditória do real, que no seu movimento constitutivo passa por três fases: a tese, a antítese e a síntese. Ou seja, o movimento da realidade se explica pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese.

Após apresentar a ideologia conservadora e a ideologia marxista, percebemos que uma das bases fundantes do antagonismo reside na avaliação histórica do Iluminismo e da Revolução. Essa incompatibilidade ideológica manifestou-se com maior intensidade no plano político.

“Se Marx e Engels não polemizaram diretamente com representantes significativos do conservadorismo, a crítica ao conservadorismo atravessa o conjunto de sua atividade política e teórica. O jovem Engels, escrevendo, entre finais de 1843 e janeiro de 1844, em Manchester, o seu “Esboço de uma crítica da economia política” (que Marx, n’O capital, qualificaria como um esboço genial), enfrenta diretamente um conservador seminal, Malthus; dissecando sua teoria da população, constata que se trata do “sistema mais grosseiro e o mais bárbaro que já existiu, sistema de desespero que pulveriza todas as belas frases acerca da fraternidade humana e da cidadania universal” (ESCORSIM, 2011:114)

A oposição de Marx e Engels chocou-se com a sustentada pelos conservadores, e na sequência da revolução de 1948 os dois pensadores enfrentam

diretamente o conservadorismo em defesa dos revolucionários. Nesse sentido, Escorsim (2011:117) explica que Marx e Engels formularam uma crítica ao conservadorismo e se dirigiram, sobretudo, às correntes que poderiam afetar diretamente essa organização, a que desejavam dar caráter revolucionário.

Deste modo, percebemos duas formas distintas de se pensar a sociedade: a forma conservadora e a forma crítica, ambas possuindo suas próprias referências teóricas e ideológicas, que fundamentam a justificativa das formas de sociabilidades que defendem. Essas duas expressões resultam, do processo de revolução burguesa que trouxe para o cenário histórico as duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado, as quais expressam e representam essas formas distintas de pensar a sociedade. As condições para a compreensão desse quadro são dadas pela relação de dominação e subordinação que existem entre essas classes.

1.3 A reatualização do conservadorismo e o neoconservadorismo

O capitalismo já há algum tempo vem tentando se ver livre do projeto civilizatório moderno devido à sua incompatibilidade histórica cada vez mais evidente com os valores centrais constitutivos desse projeto. Nessa perspectiva, essa construção teórica apresenta os processos ideológicos que marcam a retomada do conservadorismo na sociedade, diante de uma ameaça definida como neoconservadora. Deste modo, o que aqui trataremos como neoconservadorismo aparece no discurso teórico da atualidade como pós-modernidade.

Fundamentando-nos em Anderson (1999) e de acordo com o autor, a ideia de um pós-modernismo surgiu pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930. Por Frederico de Onís, que “usou-o para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo” (p.10). Mas não teve muita ressonância. No final dos anos 1950, o termo reapareceu e foi utilizado para indicar uma época na qual os ideais modernos do liberalismo e do socialismo entravam em decadência, além disso, para descrever uma incapacidade de sustentar a tensão modernista com a prosperidade do pós-guerra. Nos anos 1960, a versão aplicada ao termo pós-moderno, possui um “apelo a emancipação do vulgar e à liberação dos instintos, como um eco prudentemente despolitizado”. Com tudo, a noção de pós-moderno ganhou maior visibilidade a partir da década de 1970.

De acordo com Santos (2000) a pós-modernidade esta relacionada às mudanças ocorridas nas sociedades avançadas desde 1950.

“Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950). Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 50. Toma corpo com a arte Pop nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, como crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência + tecnologia invadindo o cotidiano com desde alimentos processados até microcomputadores) sem que ninguém saiba se é a decadência ou o renascimento cultural” (SANTOS, 2000:8).

A ideologia neoliberal e a ideologia pós-moderna —, exercem função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. É dessa forma que a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são disseminadas como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a “era pós-moderna” (Harvey, 2006).

Valorizando a instabilidade, a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, pautados em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade. O estímulo à vivência fragmentada centrada no individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento, que, segundo Chauí (2006, p. 324), buscam “algum controle imaginário sobre o fluxo temporal”.

Sobre as características dos indivíduos na sociedade pós-moderna, Santos (2000) ilustra com uma piada de irreverência: “Que criança linda” – disse a amiga à mãe da garota. – “Isto é porque você não viu a fotografia dela a cores” – respondeu a mãe! (p.12). A piada nos ajuda a refletir sobre a essência da pós-modernidade, a valorização da cópia ao original, a busca de uma reprodução técnica do real. Embora a primeira edição do livro seja datada de 1986, é extremamente atual, em tempos de fetiche pelo consumo, o uso exacerbado de smartphones, em que se valorizam muito mais as postagens on line, do que o diálogo ao vivo, em que há uma supervalorização das tecnologias, com o intuito de alienar os indivíduos, através de informações descartáveis, corroborando com os interesses do capital. “O pós-modernismo surgiu como um dominante cultural em sociedades capitalistas de riqueza sem precedentes e com índices bastante elevados de consumo” (ANDERSON, 1999:139).

“O ambiente pós-moderno significa basicamente isso: entre nós e o mundo estão os meios tecnológicos de comunicação, ou seja, de simulação. Eles não nos informam sobre o mundo; eles refazem à sua maneira, hiper-realizam o mundo, transformando-o num espetáculo” (SANTOS, 2000:13).

Chaui (2006) nos mostra que as tentativas de capturar o passado como memória subjetiva, por meio de objetos ou de uma memória virtual, revelam uma das características mais marcantes da sociabilidade contemporânea: a tendência ao intimismo, o retorno às questões da vida privada, que revelam:

A insegurança e o medo levam ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e o clã como refúgios contra um mundo hostil, ao retorno de formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião e à adesão à imagem da autoridade política forte ou despótica. Dessa maneira, bloqueia-se o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica, oculta-se a luta de classes e fecha-se o espaço público, que se encolhe diante da ampliação do espaço privado. (CHAUI, 2006, p. 325).

Trata-se, de condições favoráveis à desqualificação da política, condições facilitadas por inúmeros fatores históricos, especialmente das determinações que incidiram sobre as possibilidades concretas de organização política das classes trabalhadoras. Não se pode desconsiderar os desdobramentos do fim das experiências socialistas.

O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais provocaram o empobrecimento e a desmobilização política da classe trabalhadora. Desse modo:

O pensamento pós-moderno, com sua defesa de um pluralismo de jogos de linguagem que impossibilita ir além de consensos locais e temporais, não permite dispor de critério algum para discernir as injustiças sociais. Nos deixa a mercê dos status quo, encerrados no existente e sem possibilidades de uma crítica sócio-política racional. Tal pensamento, ainda que se proponha o contrário, termina não oferecendo apoio às injustiças vigentes. Merece, portanto, ser denominada conservador ou neoconservador ou, ao menos ser suspeito de realizar tais funções (MARDONES apud SANTOS, 2007:42).

Percebemos que na condução superficial das atividades desempenhadas nestas relações, condicionam a necessidade de mutações e ações imediatistas, sem a pretensão de uma práxis a partir de uma análise mais aprofundada. Nesse sentido, Magalhães (2004:63), afirma que a pós-modernidade representa um fenômeno denominado por Jameson de “capitalismo em sua fase avançada”, ou seja, os

tempos pós-modernos só se revelam em sua inteireza, com o desenvolvimento da tecnologia e as mudanças do sistema industrial capitalista ocorridas em épocas mais recentes. De modo que a pós-modernidade é um fenômeno próprio da mundialização.

Outro fenômeno da pós-modernidade, é a capacidade de mesclar tendências incomuns, ou seja, estilos diversificados, um pluralismo ausente de qualquer problemática, um ecletismo incontestado. Isto ocorre em todas as áreas, sejam nas artes, na literatura, sejam elas, na filosofia quando teóricos cruzaram ideologias muito diversificadas.

“A massa moderna acreditava que a História (e seus países) marchava pela revolução ou pelo progresso para situações mais democráticas e felizes. Esse otimismo não existe na massa pós-moderna, que perdeu o senso de continuidade histórica [...] a massa moderna queria a História quente, combativa; a pós moderna quer esfriar a história, congelá-la numa sucessão de instantes isolados e sem rumo” (SANTOS, 2000:91).

Nesta perspectiva as relações sociais são marcadas por fatores adversos ao progresso, o fim da história, a idolatria ao presente, o individualismo exacerbado, o consumo desenfreado, o aniquilamento de referências, a subjugação das grandes filosofias interpretativas. A problemática levantada reflete-se em vários aspectos da nossa sociedade à medida que o momento presente ganha prioridade nas relações sociais, as grandes revoluções de cunho progressista deixam de avançar.

De acordo com Simionato(2009), se a razão moderna afirmou-se, no século XX, a partir das grandes teorias sociais ou das “grandes narrativas”, pode-se dizer que as transformações societárias em curso desde as últimas décadas do século XX desafiaram implacavelmente o conhecimento e os modelos de interpretação do mundo. A crise geral do capitalismo, desencadeada na transição entre os anos 1960 e 1970, e as respostas articuladas pelo grande capital provocaram mudanças significativas em diferentes esferas da vida social. A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não haviam se concretizado. É nesse cenário que ganha centralidade, no âmbito das ciências humanas e sociais, a chamada “crise dos paradigmas”, relacionada, principalmente, aos modelos

clássicos de conhecimento da realidade. A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A razão dialética teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e relativismo.

“Longe de apresentar-se como um pensamento homogêneo, a pós-modernidade tem como característica a perda de credibilidade nas chamadas metanarrativas ou grandes teorias sociais. Anuncia o desaparecimento das grandes oposições nos campos político, social, filosófico, artístico e cultural. O abandono de categorias como totalidade e essência leva à emergência de outras mais locais e operativas, originando, assim, um modo de análise da realidade mais flexível, fragmentado e subjetivo. Os elementos constitutivos do pós-moderno referem-se a uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na teoria contemporânea quanto em toda cultura da imagem e do simulacro; um conseqüente enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas formas de temporalidade privada” (SIMIONATO,2009:92).

As transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no início do século XXI, sob o domínio do capitalismo financeiro e da sua afirmação enquanto sistema hegemônico acentuaram os problemas e as contradições em todas as esferas da vida social. A razão dialética é desqualificada em favor de tendências fragmentárias.

Sobre esta sociedade, que muitos convencionaram chamar de pós-moderna, Magalhães (2004) afirma que:

“tende a substituir o pensamento universal pelo microcosmo das narrativas locais, particularizando não só o conhecimento mas a própria condição humana. Perdido na multidão, o indivíduo volta-se para si próprio e, deslocado da realidade, adere a realidade do signo, apreendendo o objeto apenas de forma indireta, pela referência exclusiva ao sujeito. Tudo o que é sólido evanesce”(p.83).

O desenvolvimento da tecnologia e da ciência produzem condições para que o presente elimine qualquer possibilidade de se repensar o social, apontando-o como grande obstáculo ao progresso humano. A fragmentação do indivíduo é assim, a característica específica do nosso tempo, uma pretensa reação à modernidade ou seu afastamento dela.

O projeto neoliberal de mercado livre e liberdade individual

“A possibilidade de a “ideia” socialista concretizar-se na Europa obrigou, em certa medida, os Estados capitalistas a promoverem uma série de reformas em benefício das massas trabalhadoras. Tudo o que fez com que a democracia ocidental valesse a pena

para os trabalhadores, e sua consequência natural, a diminuição da desigualdade social sem a desigualdade de oportunidades resultou do medo. A ruína do futuro despertou a velha ambição adormecida nas hostes liberais. Percebe-se agora que, depois de décadas, a burguesia tem seu próprio projeto: completar sua revolução inacabada. A proposta pós-moderna (neoliberal) é nada menos que o retorno ao seu próprio passado, cuja pretensão é convertê-lo, no presente, em empreendimento definitivo para o futuro”(MAGALHÃES, 2004:97).

Numa época em que as expressões da questão social são encaradas com desprezo e a desregulamentação das relações do trabalho são aprovadas com naturalidade, a globalização é o fenômeno evidente e irreversível no processo de desenvolvimento humano, “cultuar o Deus mercado é o mesmo que adorar divindades do consumo” (MAGALHÃES, 2004:98).

De acordo com Tonet (2006), ao negar o percurso de análise que caminha da parte para o todo, do singular ao universal, da aparência à essência, do objetivo ao subjetivo, e vice-versa, as interpretações do pensamento pós-moderno detêm-se na visão distorcida do real, apanhado apenas em sua manifestação imediata. Nessa perspectiva, o marxismo seria uma proposta repetitiva, sem criatividade, incapaz de decifrar as amplas situações desencadeadas pelos processos de globalização e sua materialização no cotidiano dos indivíduos.

Desta forma, concordamos com Santos, Josiane (2007) ao afirmar que toda a construção teórico-metodológica da pós-modernidade emerge a partir de determinada interpretação da realidade contemporânea marcada por significativas alterações, e que a percepção dessas alterações é fundamentalmente aparente: descreve-as como uma série de problemas da chamada crise da modernidade. Entende-se que essa superficialidade corresponde à ordem burguesa, devido ao seu caráter conservador que termina por afirmar a sua positividade. Essas questões impactam os mais variados aspectos da vida social, inclusive na atuação dos/das assistentes sociais, como veremos a seguir.

2. O SERVIÇO SOCIAL E A SUA VINCUIÇÃO COM O PENSAMENTO CONSERVADOR

Deus lhe Pague

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague
Pelo prazer de chorar e pelo "estamos aí"
Pela piada no bar e o futebol pra aplaudir
Um crime pra comentar e um samba pra distrair
Deus lhe pague
Por essa praia, essa saia, pelas mulheres daqui
O amor malfeito depressa, fazer a barba e partir
Pelo domingo que é lindo, novela, missa e gibi
Deus lhe pague
Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir
Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir
Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair
Deus lhe pague
Por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir
Pelo rangido dos dentes, pela cidade a zunir
E pelo grito demente que nos ajuda a fugir
Deus lhe pague
Pela mulher carpideira pra nos louvar e cuspir
E pelas moscas-bicheiras a nos beijar e cobrir
E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir
Deus lhe pague

Chico Buarque

Ao longo desta sessão, iremos destacar as razões que deram origem a profissão, desde o seu surgimento, a relação com a Igreja Católica, até o movimento de reconceituação e a intenção de ruptura com o conservadorismo. Perceberemos a influência do pensamento conservador na gênese e no desenvolvimento da profissão e as tentativas de ruptura desde o Movimento de Reconceituação, até o presente momento.

2.1 Origem e profissionalização do Serviço Social: a presença do conservadorismo

Tratar do surgimento do Serviço Social no Brasil implica contextualizar o que estava ocorrendo no país, no momento em que a profissão emerge. Sugere, também, fazer uma análise descritiva, uma vez que está permeada de episódios históricos. Como apontado por Silva (2008:84) "falar da emergência do serviço social no Brasil, é ao mesmo tempo uma tarefa fácil e difícil, porque oportuniza riscos de

repetição, já que existem muitos estudos sobre o assunto”. Porém, não dispensamos a importância desses dados, que são fundamentais para a compreensão do momento em que a profissão vive na contemporaneidade.

Yazbek (1980), ao estudar a implantação da 1ª escola de serviço social no Brasil afirma que a profissão surgiu pela necessidade de um tratamento mais qualificado aos problemas sociais, nos marcos do capitalismo do século XIX, com uma postura reformista, sustentada e defendida pelos movimentos sociais vinculados ao catolicismo social. E que tais problemas eram mais o resultado indesejável da industrialização do que das razões estruturais do sistema em vigor. Referimo-nos ao período histórico dos anos 1930-1940.

Interpretada como a revolução que pôs fim ao predomínio das oligarquias no cenário político brasileiro, a Revolução de 1930 contou com uma série de fatores conjunturais que explicam esse dado histórico. A queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, provocou a suspensão dos créditos internacionais no Brasil. O principal produto de exportação, o café, perdeu seu maior mercado consumidor, o norte-americano, levando o setor a uma crise sem precedentes. Em meio à insatisfação que tomou conta da população, Getúlio Vargas protagonizou o golpe que tirou o presidente Washington Luís do governo.

O Estado Novo firmou-se sob a base de uma doutrina política autoritária e uma ideologia fortemente nacionalista, outra característica fundamental desse período foi o corporativismo e a ditadura. Vargas deu sustentação ao que se convencionou chamar de trabalhismo, momento permeado de estratégias políticas que visavam eliminar os conflitos de classe mediante uma legislação social e trabalhista opressiva.

Com relação ao movimento operário, as classes dominantes, em qualquer lugar do mundo, sempre temeram o comunismo, incluindo aí a Igreja Católica, que buscou ao longo da sua história uma solução anticomunista no seu processo de renovação e recristianização, com um movimento irradiado na Europa e que chega ao Brasil. Deste modo, o governo:

“[...] lançou mão de atos legais numa ação contínua de apaziguamento da questão social, incluindo aí os mecanismos de repressão e controle da luta operária. Por exemplo, a criação do Ministério do trabalho – seguido de um conjunto de leis sociais já reivindicadas no século XIX – que serviu para enquadrar a classe operária nos limites estreitos de um sindicalismo amarelo, pelego, e atrelado ao poder central” (SILVA, 2008:70).

Isso se deveu, ao fato da ideologia conservadora ter subestimado o poder da burguesia brasileira com relação à questão social, insistindo em negá-la. Entre 1930 e 1940 vivemos um processo de dismantelamento da organização autônoma dos reduzidos sindicatos, oriundos do último quartel do século XIX e o início de uma política de atrelamento que culmina em seu refluxo diante da necessidade de conter a luta de classes. Silva (2008) aponta que:

“ A industrialização no Brasil [...] trouxe consigo graves conflitos sociais representados pelo aumento da pobreza, exploração de mão-de-obra, expulsão do homem do campo rumo às metrópoles industriais etc, provocando o inchamento das cidades culminando num processo desordenado de urbanização” (SILVA, 2008:71).

Essa nova ordem social, obriga a classe operária a enfrentar extensas jornadas de trabalho, desprovida de direitos, como assistência médica, e vivendo sob ameaça de surtos de doença pela ausência de um sistema de proteção social, sendo que as formas de organização existentes eram provenientes, ainda do século XIX.

Portanto, situar esse processo histórico no Brasil é, necessariamente, tomar como referência o contexto do desenvolvimento econômico nos anos de 1930, suas implicações sócio históricas e o papel dos sujeitos sociais, onde um dos protagonistas foi a Igreja Católica Apostólica Romana.

Com o fim da república agrária e o início da industrialização, a população trabalhadora passa a sofrer profundas mudanças, exploração do trabalho e a precarização nas condições de vida. A questão social manifestou-se como resultado das transformações decorrentes da transição da base econômica. Segundo a igreja, esta situação decorre do liberalismo e do comunismo, tendo em vista a sua missão, “ela intervém na situação que é de desordem e que impede às pessoas de cumprir sua tarefa de dar glória a Deus dadas as condições em que vivem” (AGUIAR, 1989:17).

A igreja, a partir do final do século XIX, começa uma intervenção mais clara e definida no social. Inicialmente tem-se a promulgação da Encíclica Rerum Novarum, que vai chamar a atenção da Igreja e de toda a população, sobre a situação operária e mostrar sua tarefa. De acordo com Pinheiro (2010):

“as principais características da encíclica Rerum Novarum podem ser expressas: no convite para a reconciliação de classes, em que ricos e patrões devem respeitar a dignidade humana e pagar salários justos; na condenação do patrão que usa o trabalho como

instrumento de lucro; na salvaguarda pelos governantes dos interesses dos trabalhadores, segundo os princípios católicos; na observação rigorosa das leis e da justiça distributiva pelo Estado, baseado naqueles princípios; na intervenção do Estado no liberalismo, evitando o conflito. A encíclica sugere, ainda, que os sindicatos se ocupem da saúde; que não haja intervenção do Estado sobre as jornadas de trabalho e sobre a proteção dos sindicatos, defendendo a sua autonomia. Não são observadas regras precisas sobre as corporações, mas o objetivo deve ser o aperfeiçoamento religioso. Não é aprovada a obrigatoriedade sindical, mas uma proposta de tendência social-democrata cristã” (p.19).

Segundo Pinheiro (2010), os grupos católicos envolvidos com uma prática social fundamentam seus trabalhos pela filosofia de São Tomás de Aquino. Apesar dessa postura de não questionamento das estruturas, foi grande a repercussão dos documentos papais do episcopado e da ação organizada pelos cristãos, a ação voltada para a organização operária e luta por uma legislação social.

Dentro da ação da Igreja, existiu um movimento denominado de Ação Católica, segundo Pio XI “é a participação do laicato no apostolado hierárquico da igreja”. A ação católica tem como missão a divulgação da doutrina da Igreja em vista à reforma social. Cabe a ação católica fazer, com a propaganda oral e escrita, larga difusão dos princípios fundamentais que sirvam para a constituição de uma ordem social estrita de acordo com os documentos pontifícios. Sendo assim a ação católica como suporte do apostolado deve engajar-se na reconstrução da sociedade. (PINHEIRO, 2010; AGUIAR, 1989; CASTRO, 1984).

A primeira escola de Serviço Social na América latina surge em 1925 no Chile. "Na história Chilena toda a década de vinte está marcada com um período de severa crise institucional e contínuos protestos" (CASTRO, 1984:62). Ainda nesta perspectiva Castro aponta que os elementos que mais colaboraram para o surgimento do Serviço Social têm origem na Ação Católica, pois esta propunha, com uma visão messiânica, "a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social".

O referido autor afirma que:

"Como em outros casos, o fator preponderante para a profissionalização do Serviço Social está no papel da classe operária e outros setores populares. Sob a sua incessante combatividade, a sociedade chilena foi progressivamente sacudida e as classes dominantes, através do Estado, impelidas a acolher as suas exigências e aspirações. Neste sentido, a burguesia chilena é pioneira, ao institucionalizar diversas reivindicações populares e operárias no seio do direito burguês" (p.63).

Desta forma percebemos que esta institucionalização forçava o Estado a buscar respostas às problemáticas enfrentadas pela classe operária, condições de trabalho, saúde pública, habitação, e etc. Percebemos que a igreja não esteve ausente do processo constitutivo da profissão.

“A marca da sua presença já estava gravada ali desde tempos remotos, já que, como ocorreu em outros países, por muitos anos fora ela a principal promotora das obras de caridade e difusora permanente do seu pensamento e da sua doutrina e, portanto, campo onde fecundaram as protoformas do Serviço Social”. (CASTRO, 1984:65).

O autor chama atenção para o ideário difundido pela Escola de Serviço Social chilena. O serviço social católico era tido como uma vocação tratava-se de uma prática que já tentava instrumentalizar os valores e virtudes cristãos com elementos técnicos, visando um desempenho mais eficaz na prática assistencial.

O serviço social brasileiro é fruto da ação desenvolvida pela igreja no campo social. Muitas das escolas de serviço social nascem de grupos que participaram dos cursos de formação social e das semanas sociais promovidas pela ação católica. A participação do clero no controle direto do operariado industrial remonta, por sua vez, ao surgimento das primeiras grandes unidades industriais, em fins do século passado “é viva a presença de religiosos no próprio interior dessas unidades, que muitas vezes possuíam capelas próprias, onde diariamente os trabalhadores eram obrigados a assistir à missa e outras liturgias” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1988:169). Sobre o Brasil Castro afirma que:

“como ocorreu no Chile, é ao longo dos anos vinte que a igreja Católica revigorou a sua ação para responder aos efeitos de uma crescente perda de hegemonia na sociedade civil e no Estado, promovendo um vasto movimento de cariz espiritual que procurava lançar profundas raízes na política e na economia. A religião católica, através da sua hierarquia, seus intelectuais orgânicos e seus fiéis, operava no jogo fluido das contradições de classe” (p.93).

Com o início da industrialização, surgem diversas expressões de uma relação desigual firmada entre os grandes industriários, detentores do capital, e seus subordinados, que dispunham apenas da força de trabalho. Essa relação contraditória leva a um distanciamento cada vez maior entre as classes, fazendo com que o proletariado passe a ser dividido entre aqueles que conseguiam inserir-se, e se adaptar, ao modo de produção capitalista e aqueles que ficaram a margem dele. A partir daí o tratamento da sociedade para com aqueles que não se

apresentavam dentro das condições por ela impostas passou a ser de total marginalização e abandono (MARTINELLI, 2007; IAMAMOTO; CARVALHO 2004).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2004), neste momento o capital limita-se a procurar no mercado emergente, conforme suas necessidades, a força de trabalho que agora se transforma em mercadoria, sendo que a continuidade deste mercado depende apenas do proletariado.

“A manutenção e a reprodução por meio do salário, está a cargo do próprio operário e de sua família. Este tem diante de si como proprietário, não um senhor em particular, mas uma classe de capitalistas, a qual vende sua força de trabalho” (p.125).

Este rápido processo de constituição e industrialização do mercado capitalista de produção leva a outro fator que será decisivo para o aparecimento de uma profissão que dê respostas à condição de marginalização e abandono enfrentada pelos trabalhadores brasileiros. Como as propriedades rurais não suportavam mais toda a mão de obra ofertada pelos trabalhadores recém-libertos, bem como os imigrantes que chegavam ao país e viam no trabalho rural uma opção para subsistência de suas famílias, grande parte do proletariado se viu forçado a migrar para as cidades que se encontravam em processo de industrialização e urbanização. Isso acarretará em um inchaço nas cidades fazendo com que boa parcela desta força de trabalho exceda as necessidades, e aos interesses do mercado, desta forma estes trabalhadores acabam se aglomerando nos arredores das cidades onde passavam a viver sem condição alguma de moradia, saúde, educação, em busca de um emprego (IAMAMOTO; CARVALHO 2004).

Conforme Aguiar (1985:29) “o problema social no começo do século XX começa a ser assumido pelos católicos brasileiros, o que é feito pela ação hierárquica e organização do laicato”. E é a partir das noções de ajuda, caridade e filantropia assumidas pelas religiões, especialmente a católica, que se começa a buscar formas de melhorar a condição de sobrevivência do proletariado brasileiro.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2004:141), a igreja havia perdido sua ampla hegemonia sobre a sociedade, a partir da ascensão da Burguesia, sendo expulsa de uma série de setores, até então sob seu domínio absoluto, devido à defasagem da concepção religiosa de mundo. Esta deverá reagir e se organizar em busca da reconquista de suas antigas prerrogativas e privilégios dentro da sociedade capitalista. Os autores defendem ainda que “Essa reação terá por base, por meio de

métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massa – verdadeiro partido da igreja – visando ao controle e enquadramento da população católica”. Ainda sobre os ideais religiosos, Aguiar (1985) afirma que é preciso:

“Erradicar o individualismo gerado pelo tipo de economia liberal e impedir o crescimento do comunismo, que foi condenado solenemente por Pio XI na encíclica *Divini Redemptores*, de 1937. É preciso reconstruir a sociedade. Essa reconstrução implica mudança da moral, dos costumes. É preciso recristianizar a sociedade”(AGUIAR, 1985:19).

Sob tal conjuntura em 1932 surge em São Paulo, o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. O centro surge a partir de um grupo de moças que participaram ativamente do Curso de Formação Social organizado pelas cónegas regulares de Santo Agostinho, estas estavam preocupadas em solucionar as problemáticas decorrentes da questão social. A finalidade básica do CEAS é o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz, o CEAS também será responsável pela instalação da Ação Católica em São Paulo. E foi a partir do CEAS quem em 1936 surge à primeira escola de serviço social do Brasil. “Um dos motivos básicos para a fundação da escola foi a necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica”. (AGUIAR,1989:29).

No ano seguinte surge no Rio de Janeiro a segunda escola de Serviço Social do país, impulsionada pelo Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima. Ainda em 1937 no Rio de Janeiro, funda-se o Instituto de Educação Familiar e Social, com os seguintes objetivos: formar entre as mulheres de todas as classes sociais uma consciência de comunidade cristã que viesse a substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Com esse intuito forma assistentes sociais, educadores e donas de casa que se tornam elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação católica. LIMA apud AGUIAR (1989:30).

Como uma iniciativa da Igreja Católica, o Serviço Social brasileiro não surgiu para que houvesse uma clara diferenciação entre assistência social religiosa e a profissional, mas para qualificar o apostolado. Sobre a conduta do (a) assistente social Iamamoto e Carvalho (1988), afirmam que:

“o assistente social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse

peçoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicabilidade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer”.

Além desta marca religiosa, o Serviço Social nascente passa a recrutar, basicamente, mulheres que, em um primeiro momento fazem parte da elite social e, em um período posterior, quando há ampliação dos cursos de formação, tem uma origem social mais modesta. Carvalho e Iamamoto (1982) afirmam que agir assistencialmente, de forma missionária, era uma tarefa eminentemente feminina.

Como vimos até aqui, os referenciais orientadores do pensamento e da ação emergente do Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja. Do ponto de vista filosófico terá por base o neotomismo.

Os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem – comum, entre outros, hauridos em São Tomás, iluminaram a teoria e prática do assistente social desde 1936 até 1960.

De acordo com Aguiar (1989:41), Santo Tomás, em sua filosofia, partirá da reflexão feita por Aristóteles e a trará sob nova luz ao cenário filosófico de sua época. Vivendo seu tempo histórico, Santo Tomás trabalhou questões vitais para a sua época, tais como: as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade.

Buscando construir um pensamento lógico, toma por fundamento o seguinte princípio: “Tudo é inteligível pelo ser, ideia análoga, realizando-se no ato e na potência”. A partir desse princípio, mostra que a primeira realidade a ser explicada deve ser Deus, que é fonte de todos os seres.

Dentro da hierarquia dos seres, Santo Tomás, após analisar a existência de Deus, analisa a pessoa humana. E a define: “Uma pessoa é a substância individual de uma natureza racional”. Segundo ele a pessoa humana é composta de substâncias incompletas: a alma e o corpo. E a união dessas substâncias origina o ser humano. Para ele o que realmente distingue a pessoa é a sua racionalidade e a inteligência.

Ainda nesta perspectiva, para Santo Tomás a pessoa humana tem também uma perfeição espiritual que se manifesta através da racionalidade. Essa dimensão racional produz como consequência, o princípio da consciência em si e da liberdade. A liberdade, a capacidade de escolha é também manifestação da inteligência do homem. Mas o homem é dotado de vontade, e desta forma pode traçar seus caminhos. A inteligência conhecendo os caminhos tenderá a busca da virtude e alcançará a Deus (AGUIAR, 1989:42).

A dignidade e a perfeição da pessoa humana nos mostram seu valor absoluto. Nogueira apud Aguiar (1989:42) “dizer que a pessoa tem um valor absoluto é o mesmo que dizer: a pessoa deve ser considerada sempre como um fim e nunca como meio”.

Santo Tomás mostra que existem três espécies de leis que dirigem a comunidade ao bem comum: a lei natural, a lei humana e a lei divina. Desta forma compreende-se que o homem por ser um animal social é um animal político, logo, para que haja o bem comum é necessário o Estado. Estado supõe autoridade. Assim:

“toda forma de autoridade deriva de Deus, respeitá-la é respeitar a Deus. O Estado deve respeitar a Igreja. Assim não existe conflito entre fé e razão, e se cada um procura realizar sua tarefa não há conflito entre Igreja e Estado”(Sciacca apud Aguiar 1989:43).

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 1940 passa a ser tecnificado, ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista, é quando começamos observar uma espécie de função dos valores cristãos com o tecnicismo funcional positivista na formação em serviço social.

Na década de 1940, um fato novo irá surgir no serviço social brasileiro, a influência do serviço social norte-americano, que será marcante nas décadas seguintes e se fará através de técnicas para o agir profissional. Segundo Aguiar (1989):

“A presença norte americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo. Na segunda metade da década de 40 e no início da década de 50, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norteamericanas. Nesse período não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o serviço social permanece na base dos princípios

católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas” (p.57).

Podemos comprovar o que foi dito por Aguiar (1989) no 1º dever fundamental do Código de Ética do (a) Assistente Social de 1947, que prevê como dever: “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre, em todos os seus atos profissionais, no bem comum, e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus”.

O intercâmbio entre o serviço social norte-americano com o serviço social latino americano é caracterizado pelo convite formulado pelo governo dos Estados Unidos da América do Norte aos diretores das escolas de serviço social da América Latina para participarem da conferência Nacional de Serviço Social que se realizou em Atlantic City, promovida pela American Association of Schools Work, em 1941 como afirma Aguiar (1989).

Para Yasbek (2000) uma das conclusões dessa conferência “foi à decisão de instituições norte-americanas de oferecer bolsas de estudos a assistentes sociais sul-americanos, para aperfeiçoamento e especialização em escolas de serviço social norte-americanas”.

A vertente norte-americana do desenvolvimento do serviço social difunde-se no Brasil e em toda a América Latina como parte da necessidade do movimento expansionista, desencadeado pelos Estados Unidos junto aos países latino americanos no sentido da organização de sua hegemonia no continente. Como explica Abreu (2002),

“é com a criação da Seção de Serviço Social junto ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais na estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA) que se desenvolve diretamente a influência norteamericana na formação, na prática e na organização dos assistentes sociais latino-americanos. Inicialmente, essa influência ocorre com a difusão da base técnica dos métodos de caso, grupo e comunidade e, posteriormente, viabilizando ideológica, política e economicamente a proposta do Desenvolvimento da Comunidade (DC) como técnica e como campo de intervenção profissional, mediante a implementação de distintas formas de intercâmbio e de capacitação dos assistentes sociais e da definição de mecanismos e orientações técnicas e político-profissionais” (p.85).

Quando as assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas o chamado Serviço Social de caso era o mais desenvolvido. Aguiar (1989) afirma que “o serviço social de caso recebeu de início uma influência da sociologia, mas é a

psicologia que fundamentará esse método”. Havia uma preocupação com o indivíduo, devido ao desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, realidade diferente do Brasil.

A reorientação da profissão, para atender às novas conformações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, tendo em vista atender às requisições de um estado que começa a implementar políticas no campo social. Nesse contexto Yazbek (2000) aponta:

“a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho vai colocar o emergente serviço social brasileiro diante da matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, agora pela mediação das ciências sociais” (p.23).

A perspectiva funcionalista é absorvida pelo serviço social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, uma tecnificação da ação profissional acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais. (ABREU, 2002; YAZBEK, 1984).

Essa influência norte-americana trouxe uma perspectiva de psicologização das relações sociais para o serviço social brasileiro, o desenvolvimento do processo de ajuda psicossocial individualizada, partindo do princípio de que a questão social constitui um problema moral. “esta noção justifica uma intervenção via assistência social individualizada de cunho moralizador direcionada para a reforma moral e a reintegração social” (ABREU 2002:85).

Segundo Abreu (2002:87) “a dimensão individual é, assim, paradoxalmente, exaltada e reduzida”. Compreendemos que este perfil da “ajuda” prioriza os componentes individuais e subjetivos da questão social em detrimento de suas expressões materiais e coletivas. Dentro desta lógica ocorre uma tendência à naturalização das desigualdades sociais, que são vistas como condição inerente a pessoa humana. Desta forma, “ajudar um indivíduo consiste em torná-lo capaz, por meio de um certo tratamento, de ajustar-se ao mundo que o cerca” (Verdès- Leroux, 1986:67 apud Abreu, 2002:88).

De acordo com Yazbek (1984) a partir dos anos 1960 este referencial passa a ser questionado sob um contexto de mudanças econômicas, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial impõem a América latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. Tais configurações fazem com que a profissão assuma “as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao serviço social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político”(YAZBEK 1984:24).

Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975. "A ética é concebida como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal; sua importância é afirmada em face da atuação profissional voltada às pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade" (ABAS apud BARROCO,2007). Em 1948, a ação profissional é claramente direcionada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa.

Netto (1992) aponta que no primeiro Código de Ética:

"o fundamento da instituição profissional era freqüentemente deslocado para suas bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente e a validação teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas dimensões" (p.131).

Orientada pelos pressupostos neotomistas, e pelos dogmas da Igreja Católica a ética profissional baseava-se em uma dicotomia entre o bem e o mal, traduzidas na moral conservadora. Nesse contexto a associação Brasileira de Assistentes Sociais prevê que o profissional deve recusar:

"qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral [...] aperfeiçoar sua personalidade [...] manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade [...] respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade humana, inspirando-se na caridade cristã" (ABAS apud BARROCO,2007).

O Serviço Social assume um posicionamento moralizador face às expressões da questão social, essa concepção conservadora caracterizou nesse momento uma cultura profissional acrítica, sem questionar suas ações profissionais.

A década de 60 como já citado no capítulo anterior, é uma época revolucionária, especialmente por sua potencialidade de ruptura ideológica, é

também um momento de explicitação de conflitos éticos, que ocorrem em situações de questionamento de valores morais da vida cotidiana.

O Código de Ética de 1965 aponta diferenças com relação ao primeiro, datado de 1947, as quais podemos citar alguns de seus deveres fundamentais, como destacado no artigo 7º "Ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social", o artigo 9º destaca "O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnado pela correção dos desníveis sociais".

Ainda na década de 60, o serviço social brasileiro, por intermédio de uma de suas entidades representativas, a ABESS, pública um documento, o Código Moral de Serviço Social, de origem européia, cujos pressupostos remontam a um conservadorismo medieval, em oposição a todas as conquistas da sociedade moderna, esse livro visava fornecer subsídios para a formação moral do/da assistente social (BARROCO,2007:113).

De acordo com o código moral, o/a assistente social deve ser:

"um modelo de polidez e cortesia por seu espírito serviçal espontâneo, seu bom humor e amabilidade, sua linguagem correta e simples, seu trajar alinhado, rejeitando todo o apuro, seus modos e atitudes distintas, livres de toda afetação... Levará uma vida metódica, tanto quanto possível sem excesso de fadiga; não se recusará, porém, a sacrificar parte de sua saúde, desde que circunstâncias especialmente graves peçam um devotamento esgotante" (HEYLER apud BARROCO, 2007:123).

Com relação ao posicionamento do/da assistente social, o código moral prevê que:

"Defenderá sempre a noção exata de família... opor-se-á a todas as leis, regulamentos, organizações ou serviços que preconizem uma falsa noção de família, favoreçam sua instabilidade pelo divórcio, tolerem a infidelidade, imperem sobre a autoridade paterna... Será inimigo de toda a prática contrária ao respeito à família e à vida conjugal: o amor livre, o concubinato, o adultério, a limitação ilícita dos nascimentos, a inseminação artificial propriamente dita, o aborto direto, mesmo os que se dizem "terapêuticos", o divórcio, etc. Combaterá por todos os meios legítimos, os fatores nocivos à vida de família" (HEYLER apud BARROCO, 2007:123).

As prescrições moralistas também se atêm a vida privada do(a) profissional, e determina que o/a assistente social deve evitar:

"as paixões e desejos imoderados de riqueza, gozo, poder, a preguiça e a falta de vontade... Fora do serviço, as relações dos assistentes sociais serão selecionadas e cultivadas num nível moral digno de sua profissão. Cumpre evitar a solidão, assim como os flertes e as companhias suspeitas, o excesso de bebidas fortes, e outros tipos de diversões licenciosas, mas também a falta de interesse pela atualização e progresso na própria formação. Os assistentes sociais solteiros não receberam em seu domicílio privado a visita particular de agentes casados não acompanhados de seus conjugues, e, a fortiori, de agentes solteiros; igualmente não aceitaram nenhum convite que lhes façam em circunstâncias análogas" (HEYLER apud BARROCO, 2007:124).

Percebemos a forte presença do conservadorismo moral, apontando para uma ação profissional radicalmente contrária a qualquer tipo de transformação que modifique os padrões da "sagrada família". É notável o preconceito próprio do moralismo, revelado no que diz respeito a sexualidade, a posição da mulher e do homem na família. E também no que diz respeito a vida privada do profissional, que deveria ser um exemplo de boa conduta, uma pessoa acima de qualquer suspeita. Tais prescrições são típicas de um comportamento condizente com o pensamento tradicional católico, que como explicitado na capítulo anterior o serviço social surge atrelado a doutrina católica, neste sentido o documento é claro em seu posicionamento políticoideológico, mostrando a direção social que deve ser imprimida à ação profissional: conservadorismo radical!

Segundo Barroco (2007), o Código de Ética de 1975, não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura, consolidada a partir de 1968. Este código já aponta para a tendência denominada por Netto como reatualização do conservadorismo, também já esboçado no capítulo anterior.

Essa perspectiva modernizadora pode ser verificada no Código de 1975:

"O valor central que serve de fundamento ao serviço social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permita ver a pessoa como centro, objeto e fim da vida social".

Dentre os princípios destaca-se:

"Subsidiariedade - que é elemento regulador das relações entre os indivíduos, as instituições ou as comunidades, nos diversos planos de integração social".

Percebemos nesse código que o serviço social já não é mais tratado como uma atividade humanista, os deveres profissionais já não se apresentam como

decorrência de um compromisso religioso, mas trata-se de uma obrigação formal dada pela legislação à qual a profissão é submetida. No entanto se reafirma a posição acrítica em face a ação disciplinadora do Estado.

2.1 O Processo de renovação do Serviço Social

Compreendemos o Serviço Social e sua direção crítica como fruto de um processo histórico, cujas bases se encontram nos marcos da erosão das respostas tradicionais e no acúmulo crítico da categoria. Acúmulo decorrente do processo denominado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

De acordo com Netto (1992), o período histórico que é coberto pela vigência da autocracia burguesa no Brasil demarca também uma quadra extremamente importante e significativa no evoluir do Serviço Social no país, "pode-se afirmar que esse período circunscreve um estágio do processo da profissão cujas incidências para o seu desenvolvimento, possuem uma ponderação desconhecida em momentos anteriores" (p.141).

A crise do Serviço Social tradicional, não se configura como um processo restrito às nossas fronteiras. "Caracteriza-se por ser um fenômeno internacional, ainda que sob formas diversas, em praticamente todos os países onde a profissão encontrara um nível significativo de inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulara algum lastro de legitimação ideal" (Netto, 1991: 142).

Em meados dos anos 1960, as sociedades de base urbano-industrial enfrentaram tensionamentos sociais que irão materializar na eclosão de lutas e mobilizações das classes subalternas, pelo reconhecimento de suas demandas sociais em busca de direitos. Sobre esses movimentos Netto (2004) afirma que:

"põem em questão a racionalidade do Estado burguês e suas instituições; nas suas expressões mais radicais, negam a ordem burguesa e o seu estilo de vida. Em qualquer dos casos, recolocam em pauta as ambivalências da cidadania fundada na propriedade e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e suas arenas" (p.143).

Essa movimentação social influenciou no serviço social em âmbito mundial, provocando uma série de questionamentos às suas respostas tradicionais frente às transformações econômicas, políticas e ídeo-culturais. No Brasil esse processo de erosão das bases do serviço social tradicional esta fortemente ligado, aos fatores

sócio-políticos da década de 1960 e pelo avanço das forças democráticas do país. Contribuem para esse processo diversas mediações, dentre elas, a aproximação de setores profissionais junto aos movimentos sociais organizados, o processo de laicização, a participação estudantil, o contato com as ciências sociais e a incorporação de novas bases teóricas (NETTO, 2004).

O autor referido ainda destaca que o movimento de reconceituação Latino-Americano do serviço social possui traços de um processo universal que, porém, assume expressões diversas de acordo com a particularidade de cada país e região frente ao desenvolvimento capitalista e seus antagonismos. Inicialmente ganha força com a adesão de setores críticos da profissão e pela união entre vanguardas profissionais dos países Latino-Americanos.

A racionalidade e o significado da prática profissional são colocados em questão pelos assistentes sociais protagonistas e representantes desse movimento de reconceituação, promovendo profundos questionamentos acerca do papel do serviço social frente aos desafios enfrentados. Desta forma Netto (2004), assinala que:

"a ordem burguesa como limite da história, é questionado; seus media privilegiados, as instituições e organizações governamentais e o elenco de políticas do Welfare State, vêm-se em xeque; seu universo ideal, centralizado nos valores pacatos e bucólicos da integração na "sociedade aberta", é infirmado; sua aparente assepsia política, formalizada "tecnicamente", é recusada" (p.143).

O movimento de reconceituação atrela-se ao contexto sócio-político da década em debate. Contudo, esse movimento coexistiu com reações conservadoras advindas dos regimes militar-ditatoriais e repressivos instaurados nos países latino-americanos. O clima de agitação política e social na sociedade brasileira, ligado aos setores populares dos trabalhadores rurais e urbanos da pequena burguesia intelectual, teve como resposta uma reação conservadora e reacionária, apoiada pela burguesia e pela igreja católica, que proporcionaram apoio à intervenção e instauração do regime militar ditatorial no ano de 1964 (NETTO, 2004).

Inicia-se no Brasil o ciclo autocrático burguês e é nesse contexto que se processa a reconceituação do serviço social em âmbito nacional. Os condicionantes sociopolíticos e econômicos são determinantes para os rumos da profissão, no entanto não se pode ignorar a relevância do acúmulo da categoria na produção de conhecimento e que expressa a relação dialética entre fases distintas que compõem

o ciclo autocrático burguês e as tendências internas da categoria influenciadas pelos condicionantes externos.

Mediante as alterações advindas com o ciclo autocrático burguês - rebatimentos na esfera do Estado e das empresas monopolistas e estatais, aliada à necessidade de se implantar o projeto modernizador/conservador da ditadura, do controle e vigilância dos trabalhadores e da expansão do mercado de trabalho para o serviço social, a profissão se vê frente ao desafio de oferecer respostas para consolidar esse novo mercado que se abre, exigindo um novo perfil profissional mais moderno, provocando rebatimentos na prática e na formação das/dos assistentes sociais (NETTO,2004; IAMAMOTO,1992).

No âmbito do movimento de reconceituação e em seus desdobramentos, se confrontam diversas tendências direcionadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do serviço social. Nesse sentido Yazbek (2000) ressalta que:

“tendências que resultam de conjunturas sociais particulares dos países do continente e que levam, por exemplo, o Brasil, o movimento em seus primeiros momentos, (em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático-modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões” (YAZBEK,2000:24).

Essa vertente modernizadora é caracterizada por Netto (1992), pela incorporação de abordagens funcionalistas e posteriormente sistêmicas, visando uma “modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e de enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade” (YAZBEK, 2000:25).

Nessa mesma direção Abreu (2002) assinala que:

“a ideologia desenvolvimentista modernizadora vincula-se a uma concepção de desenvolvimento fundado na chamada teoria da modernização. Esta teoria explica o subdesenvolvimento como estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos de pólos atrasados e modernos presentes em uma sociedade” (p.106).

A perspectiva modernizadora configura um projeto renovador fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a intervenção profissional. Contudo a busca por uma nova identidade e legitimidade da profissão, deve ser entendida nos limites que tal processo se insere.

Sobre tal processo, Netto (2004:168) é enfático ao afirmar que no documento de Araxá a “direção desse rompimento, entendido aí, como a ruptura com a exclusividade do tradicionalismo; realmente, não há rompimento: há a captura do tradicional sobre novas bases”.

O aprofundamento da perspectiva Modernizadora identificado no documento de Araxá é um marco na tentativa de ultrapassagem do tradicionalismo e superação do serviço social ancorado nos postulados do neotomismo, a distinção defendida pelos elaboradores do documento está alocada na “menção ao sistema social: saíse do campo ético do neotomismo para o terreno teórico do estrutural - funcionalismo - a globalidade é a perspectiva das relações sistêmico - integrativas de indivíduo e sociedade” (NETTO, 2004: 170).

Tais mudanças vão possibilitar a elaboração e sistematização dos níveis de atuação do profissional de serviço social: a) nível da micro atuação: essencialmente operacional; b) nível da macro atuação: participação no planejamento, elaboração de projetos e gestão.

A vertente fenomenológica prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social. Netto (1992) denomina esta vertente como “reatualização do conservadorismo”, por identificar que suas bases estão presentes no pensamento inicial da profissão, e são apresentadas sob uma “nova roupagem do conservadorismo” O referido autor aponta que:

“trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sob uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana” (NETTO,2004:157).

Os grandes difusores dessa perspectiva são as instituições universitárias do Rio de Janeiro e São Paulo que se empenham em sofisticar as matrizes intelectuais tradicionais. Adotam a corrente fenomenológica como necessária para a elaboração teórica e prática, fundada na ajuda psico-social, refutando tanto as matrizes positivistas quanto o pensamento crítico dialético.

A terceira vertente que irá surgir e se desenvolver, dentro do debate do serviço social será a vertente marxista que “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes em que no Brasil vai configurar-se, em um

primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx” (YAZBEK,2000:25).

A vertente de Intenção de Ruptura diferencia-se das demais vertentes apresentadas, visto que, "esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional aos seus suportes técnicos, metodológicos e ideológicos, de tradição positivista e reformismo conservador" (NETTO, 2004:159).

Nas décadas de 60 a 80 do século XX na América Latina e Brasil ocorreram profundas transformações nas relações capitalistas de produção, tornando mais agudas as contradições sociais já existentes. A reconceituação, tomada como um movimento ou processo que emergiu em 1965, constitui um marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social latinoamericano. Que segundo Netto (1991):

“assim como as outras correntes cuja emersão e confronto animam a renovação do serviço social no Brasil, a perspectiva da intenção de ruptura não é um puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos” (p.255).

São perceptíveis os indícios de que nesse período a profissão começava a ser permeada por rebatimentos das lutas sociais que sinalizavam para a problematização do conservadorismo que até então parecia inalterável, decorrente do processo de abertura do regime militar e sinalização da redemocracia brasileira.

Para Faleiros (1987: 51) “a ruptura com o serviço social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora”.

Netto (2005), ao fazer um balanço dos 40 anos do movimento de reconceituação analisa que:

“Este inquisitorial ao serviço social tradicional concretizou-se tanto mais fortemente na medida em que o cenário vivido permeou o campo profissional por meio de um complexo de mediações [...] em primeiro lugar, a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais, culminando com a deslegitimação do que operava como a fundamentação científica. Em segundo lugar, o deslocamento sociopolítico de instituições cujas vinculações com o serviço social são notórias: as igrejas, em especial a católica. Em terceiro lugar o movimento estudantil, cujo protagonismo em meio às peculiaridades

da rebelião juvenil, foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no serviço social” (p.8).

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários.

No processo de constituição da intenção de ruptura Netto (1991) destaca três momentos: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional.

"a emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou depois o "Método Belo Horizonte". É na atividade desse grupo que a intenção de ruptura se explica originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente e ímpar" (NETTO, 1991:261).

Nesse período em Belo Horizonte existia uma forte tradição estudantil com impulsos revolucionários e socialistas, ali também haviam importantes movimentos sindicais e populares que como afirma Netto (1991:262) "todos estes elementos se conjugam, no caldo cultural próprio da segunda metade dos anos sessenta, para tornar Belo Horizonte um topus adequado à expressão inicial do projeto profissional de ruptura".

O processo de constituição dessa perspectiva, se dá a partir da formação de um grupo de jovens profissionais, formados na escola mineira pré e pós 1964. Estas definem uma linha de renovação do serviço social direcionadas intelectualmente por Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. Estas jovens reunidas em Belo Horizonte elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional, e propõem em seu lugar uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissional e no plano da formação profissional (MONTANÕ 1997; NETTO 1991).

Este processo foi interrompido em 1975, quando uma crise acarreta a demissão dos seus principais formuladores e gestores, impedindo a sua continuidade. Para Netto (1991):

“evidenciou-se a débil inscrição imediata da proposta da ruptura no marco profissional – sua divulgação e recepção no país, durante este

período foi discretíssima, apesar dos esforços de publicitação do grupo belorizontino, a experiência dava-se por encerrada” (p.263).

No final da década de setenta e no primeiro terço da década de oitenta se registra uma revitalização da intenção de ruptura. Segundo Netto (1991), é somente quando “começa a experimentar sua erosão”, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na reconceituação, apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo. Com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados novos sujeitos sociais, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo. E estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. Sobre tal encaminhamento Netto (2005) aponta que:

“No primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional, quanto a formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós graduação (mestrado e doutorado)” (p.17).

Nesse contexto não podemos deixar de mencionar o III Congresso de Assistentes Sociais (CBAS) conhecido também como Congresso da Virada, que ocorreu em setembro de 1979 em São Paulo e representa um marco histórico-político dentro da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão. Mediante a sua importância na construção do projeto ético-político do serviço social brasileiro, “o congresso marcou um momento importante de confluência de diversos movimentos ocorridos no serviço social latino-americano, de questionamentos e elaboração de propostas em oposição ao conservadorismo” (BRAVO, 2009:680).

O Congresso teve como temática central “Serviço Social e política social” e foi organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras) São Paulo. Segundo Bravo (2009), algumas questões relativas à programação e sua organização foram consideradas significativas para desencadear o questionamento das entidades sindicais que se reuniram anteriormente e criaram a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), e elaboram um documento crítico para a intervenção política durante o CBAS.

De acordo com Bravo (2009) as principais polêmicas com relação ao congresso eram:

O caráter antidemocrático da organização que não desencadeou nenhum processo de discussão com a categoria. A restrição à participação dos estudantes de serviço social, limitada apenas a dois estudantes por unidades de ensino. Os homenageados do Congresso que constavam de dirigentes da ditadura militar: o presidente da República, general João Baptista de Figueiredo, os ministros Murilo Macedo e Jair Soares, além de integrantes do governo de São Paulo – Paulo Salim Maluf (governador biônico), Antônio Salim Curiat (secretário) e Paulo Reinaldo de Barros (prefeito). O conteúdo relativo à temática central que enfatiza as políticas setoriais, sem uma análise global e totalizante das políticas sociais.

A autora destaca ainda que o movimento que ocorreu durante o Congresso foi fruto da mobilização realizada pelos integrantes da CNEAS, articulados com os docentes que faziam o movimento na ABESS, “aliados à insatisfação dos participantes manifestada nos grupos de trabalho” (BRAVO, 2009:688).

Diante destes questionamentos foi realizada uma assembleia “com a presença massiva de assistentes sociais e estudantes”, nessa assembleia foram aprovadas como principais alterações na condução do congresso:

Mudança dos homenageados – que passou a ser “todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas”. Alterações na programação tanto no conteúdo a ser abordado, como dos componentes das mesas e painéis. As políticas setoriais deveriam ser analisadas na visão de totalidade, enfocando a política social no capitalismo e, em todas as mesas e painéis, seriam incluídos participantes de movimentos de base, lideranças sindicais, movimentos sociais, entre eles: feminista, contra a carestia, anistia. Outra modificação na programação foi a inclusão da discussão sobre as condições de trabalho e salário dos assistentes sociais, por ser o profissional um trabalhador assalariado. Inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais com as seguintes presenças: Luiz Inácio da Silva, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; João Pedro da Silva, pela Opção Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Aparecida Perdigão Teixeira, representando o Movimento de luta contra a carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste; Maria Augusta Capistrano, representando o Comitê Brasileiro de Anistia e Luiza Erudina de Souza, presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), que falou em nome das entidades sindicais de assistentes sociais (Anais III CBAS, 1980 apud Bravo, 2009).

Sobre as deliberações do Congresso da Virada Braz (2009) aponta que:

“as deliberações das entidades sindicais que viraram a mesa do III CBAS compõem o embrião daquilo que hoje se considera um dos mais valiosos patrimônios da profissão no país: a democrática, consistente e duradoura articulação entre as entidades profissionais e as entidades estudantis do serviço social brasileiro. Tal patrimônio se deve a inteligência política e ao destemor daqueles que desafiaram o conservadorismo e o tradicionalismo da profissão em 1979, afiançando às novas gerações esse legado que hoje celebramos e que está exigindo a sua perpetuação frente aos inúmeros desafios” (p.717).

No IV CBAS (1982), já se percebe os resultados efetivos para o movimento estudantil em serviço social, visto que, registra-se uma participação muito maior de alunos no conjunto do congresso, “considerado por Abramides e Cabral como um congresso de transição política” (BRAVO, 2009; BRAZ,2009).

Segundo Netto (2005) ainda que na década de 1980 o serviço social brasileiro tenha assistido ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir do espírito próprio da reconceituação, isso não foi suficiente para romper com as práticas conservadoras no interior da profissão, mas representou um grande avanço para a sua superação. “É adequado caracterizar o desenvolvimento deste serviço social crítico no Brasil como herdeiro do espírito da reconceituação”. Comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa (2005:17,18).

É este serviço social crítico marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o espírito da reconceituação.

É inegável a contribuição do Movimento de Reconceituação e o contato com a teoria social crítica no meio acadêmico, para a formulação e fundamentação das bases do projeto ético político hegemônico na atualidade, voltadas para a análise da realidade social de forma a almejar o aprofundamento e o rigor teórico, que outrora não havia sustentação nas determinações sociais, políticas, econômicas, e históricas, para além dos muros da profissão desvendando as bases concretas sob as quais se estrutura a sociedade (NETTO, 2004).

A maturidade teórico -metodológica que integra a vanguarda da categoria profissional e que se expressa nas lutas do tempo presentes travadas pelas entidades representativas da profissão são provas cabais de que “a existência deste serviço social crítico é a prova conclusiva da permanente atualidade da

Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo”, e que hoje, após 46 anos a intenção de romper com o conservadorismo é a grande bandeira de luta dos profissionais que legitimam a hegemonia do serviço social crítico (NETTO, 2005: 18).

Deste modo, o Movimento de Reconceituação, permitiu, à categoria profissional, repensar a sua prática e possibilitou um processo de revisão em seu interior, na perspectiva de tentar romper com o conservadorismo que marca a sua gênese, o que culminou em um movimento de construção de uma nova identidade profissional. E foi este Serviço Social crítico responsável pela construção do atual projeto ético-político de profissão e de formação profissional.

De acordo com Ortiz (2010), a profissão adentra a década de 1980 de uma forma absolutamente distinta, se comparada a toda sua trajetória anterior. O Serviço Social neste período almeja afirmar sua legitimidade frente aos usuários – a classe trabalhadora.

“nos anos 80, observa-se um processo de renovação política do conjunto CFAS/CRAS, o qual é incentivado pela militância no campo sindical (Ceneas/Anas), e se expressa em especial na organização de ações no campo da fiscalização do exercício profissional [como, por exemplo, a criação de comissões de fiscalização em nível regional e contratação de agentes fiscais], e a atualização do código de ética e da lei de regulamentação da profissão, tendo em vista que tais instrumentos tinham se tornado incompatíveis com a nova concepção de profissão e perfil profissional que se consolidava na época” (ORTIZ, 2010:188).

Observa-se, que a revisão da lei de regulamentação da profissão, bem como o código de ética era uma necessidade, mas o debate em torno do assunto apenas ganhou força na década de 1980, quando a categoria adquiri amadurecimento intelectual.

No que se refere a formação profissional, à partir da segunda metade dos anos 1970 a categoria e suas entidades, em particular a então ABESS sentiram a necessidade de revisar o currículo mínimo de Serviço Social. De modo que, na XXI Convenção Nacional da ABESS, foi aprovado o currículo mínimo para o Serviço Social, que passou a ser obrigatório em todo âmbito nacional, a partir de 1982, quando é aprovado pelo Conselho Federal de Educação – CFE. Assim:

O currículo de 1982, ainda que referenciado pelo chamado “marxismo vulgar”, enfatizava a dimensão política da intervenção profissional e o papel do assistente social como “educador formal” ou como aquele que intentando romper com a prática de ajuda ou do

cuidado, procurava socializar seu conhecimento com o outro, contribuindo dessa forma para sua autoconscientização diante a vida social. (2010, p. 190).

O novo currículo se propôs superar a fragmentação existente na metodologia de ação, caso, grupo, comunidade, porém, a tentativa de superação provocou uma nova dicotomia ao separar teoria, método e história como compartimentos distintos e isolados. Inúmeras críticas foram traçadas ao currículo mínimo de 1982 devido ao ecletismo que apresentou, sendo capaz de acolher diversas tendências e concepções diferenciadas da profissão. Mas não se pode negar que apesar dos equívocos, representou a tentativa de construção e de afirmação de uma nova tendência profissional.

2.2 O Serviço Social nos anos 1990: O Projeto Ético – Político como elemento de ruptura

Os anos 1980 e 1990 foram anos atribulados para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço neoliberal que prejudicou as bases do sistema de proteção social, com isso, novas questões se colocam ao Serviço Social, seja do ponto de vista da intervenção, como da produção de conhecimento.

“a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral” (YAZBEK, 2009:154).

Assim, a opção neoliberal por programas seletivos e focalizados de combate a pobreza, implicam em diferentes modalidades de intervenção no campo social na sociedade capitalista contemporânea. Trata-se de um contexto em que são apontadas alternativas privatistas e voltadas a filantropia, cresce o denominada terceiro setor.

“o serviço social, especialmente suas entidades e vanguardas, defrontam-se com o dramático cenário dos anos 1990 – marcado pelos altos índices de desemprego e precarização do trabalho, pela minimização do Estado e do campo das políticas públicas, e pelo adensamento das expressões da “questão social” – de forma madura e consciente de suas possibilidades e limites profissionais e políticos, pois se os anos 1990 expressaram o aprofundamento da crise do capital e de todos os desdobramentos daí advindos, o Serviço Social conseguiu diante dessa adversa conjuntura, aprimorar suas

conquistas no campo da ética, da fiscalização do exercício e da formação profissional” (ORTIZ, 2010:196).

Na década de 1990, o Serviço Social brasileiro se apresenta como uma profissão relativamente consolidada, pois, se empenha em superar as fragilidades encontradas na década de 1980. Propõe-se a aprimorar a tendência de ruptura com o chamado Serviço Social tradicional. “Se os anos 80 puseram à tona diversos avanços para a profissão no campo da ética, da fiscalização do exercício e da formação profissional, os anos 90 concretizam de fato esses avanços” (ORTIZ, 2010:196).

Ocorre nesse período o fortalecimento de um projeto profissional com clara direção social e política, significando não apenas o amadurecimento interno da profissão, mas principalmente sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital e do neoliberalismo.

O projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos, uma vez que ele:

“tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999:104)”.

A efetivação desses princípios remete a luta, no campo democrático popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o exercício profissional. Os princípios estabelecem limites para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que se realiza e para as expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

De acordo com Braz (2009), os elementos constitutivos que conferem materialidade ao projeto podem ser explicados a partir de três dimensões articuladas entre si, quais sejam: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; a dimensão político-organizativa da categoria; dimensão jurídico-política da profissão.

Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: É a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer

profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social (BRAZ,2009:191).

Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.

As instâncias político organizativas da profissão:

Aqui se assentam tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's (Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios (BRAZ,2009:191).

Assim, compreende-se a presença do pluralismo de ideias no interior da profissão, pois, o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico.

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade – livre da exploração. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário para além do capital.

De acordo com Ortiz (2010:197) além de uma direção social e estratégica, o projeto profissional em vigor é materializado a partir da conjugação de diversas dimensões, as quais envolvem desde o efetivo reconhecimento da teoria social crítica, como substrato teórico e político-cultural capaz de sustentá-lo, até a organização política da categoria e o conjunto de documentos que norteiam política e juridicamente a profissão no Brasil – Lei 8662/3 – Lei de Regulamentação do Exercício Profissional; o Código de Ética de 1993; e as Diretrizes Curriculares.

Temos aqui o aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato

político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as novas Diretrizes Curriculares recentemente aprovadas pelo MEC. No segundo, temos o conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da categoria, foi fruto de lutas que envolveram os assistentes sociais e, por outro lado, faz parte do cotidiano profissional de tal forma que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos através das políticas sociais que executamos e/ou planejamos (BRAZ, 2009:192).

Neste conjunto de leis e resoluções referentes à profissão e ao seu projeto ético-político encontram-se realizados, direta ou indiretamente, valores que contornam o projeto.

De acordo com Ortiz (2010:198) a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93 transmite uma nova concepção da profissão, sobretudo a partir do conjunto de competências e atribuições privativas. Percebe-se a necessidade de compreender o papel do/da profissional na divisão social e técnica do trabalho, e por, conseguinte, dos compromissos éticos e políticos.

Outro fato marcante na década de 1990, é a superação dos limites do currículo de 1982. Em decorrência das transformações ocorridas na divisão social e técnica do trabalho, tornou-se fundamental a necessidade de uma revisão curricular. Os encaminhamentos para a sua revisão tiveram início em 1993, na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS.

“tomando o currículo de 1982 como ponto de partida, discutiu-se a necessidade de manter e aprofundar a direção social estratégica presente na profissão – tanto em sua formação quanto no seu exercício e fiscalização – a partir da incorporação dos pressupostos da Teoria Social Crítica como matriz formativa dos assistentes sociais brasileiros, e de resignificação da profissão com um produto da história e não como “evolução da caridade”, da “racionalização da assistência”, dentre outras concepções da profissão que historicamente pautaram a trajetória do Serviço Social no Brasil” (ORTIZ,2010:201).

De acordo com Koike (2009), com a nova capacidade intelectual, ético-política e organizativa, a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e da pós-graduação, sob a coordenação de suas entidades representativas apresentaram-se, à entrada dos anos de 1990, para um amplo repensar coletivo e democrático da profissão. Cabia redimensionar o projeto

profissional, a partir de então denominado projeto ético-político, frente as alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais.

O debate acerca da constituição das novas diretrizes curriculares apontou com maior profundidade e amadurecimento teórico temas já indicados em 1982, como a questão social e a centralidade da categoria trabalho.

“o processo de revisão curricular deveria contar com a participação de uma equipe de consultores e, principalmente, gerar uma ampla rede de discussão a partir do desenvolvimento de uma série de oficinas locais [realizadas em cada unidade de ensino], regionais nacional. Segundo Abess/Cedepss (1997), entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à Abess; 25 oficinas regionais e duas nacionais, as quais contaram com a participação de docentes, alunos e supervisores de estágio” (ORTIZ, 2010:202).

Esse processo deveria garantir o pluralismo do debate e a socialização das informações entre as escolas, além de objetivar a transparência e legitimidade do processo.

As diretrizes curriculares de 1996 objetivavam romper uma perspectiva curricular formalista, afirmavam acima de tudo uma nova maneira de se formar profissionais de Serviço Social no Brasil, fundamentada em um conjunto de conteúdos que primasse pela perspectiva de totalidade.

“a proposta de formação, materializada nas diretrizes curriculares, também compartilha de seus principais desafios como a necessidade de se efetivar e fortalecer mediante um contexto maior marcado pela crise do capital e seus principais desdobramentos – a contrarreforma do Estado; a flexibilização do mundo do trabalho; a tendência ideopolítico expressa no chamado campo pós-moderno. Apesar dos desafios que se põem diante do projeto profissional em vigor, é incontestável que ele coroa o processo de constituição de uma nova autoimagem profissional – a que defende e luta por direitos sociais” (ORTIZ, 2010:204).

Assim, o Serviço Social vai se desvinculando do perfil de profissional que “ajuda” e vai assumindo a postura de profissional que defende e luta pela garantia de direitos sociais.

Conforme já mencionado, a concepção conservadora que caracterizou a profissão nas primeiras décadas também estava presente nos Códigos de Ética de 1965 e 1975: "Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975" (Barroco, 2001, p.95).

O processo de reformulação do Código de 1975 é resultado do engajamento e das lutas travadas pela categoria profissional na transição de 1970 para a década de 1980, que tem como cenário a abertura do regime militar e a tomada de decisão política assumida hegemonicamente no que se convencionou chamar de Congresso da Virada (III CBAS), realizado em 1979.

Temos então, que o processo de reformulação do Código de 1975 que culmina na aprovação e publicação do Código de 1986 é base imprescindível para compreendermos a construção do projeto Ético-Político Profissional. Visto dessa forma, é importante destacar que:

O Código de Ética de 1986 foi elaborado ao longo de aproximadamente dois ou três anos, a partir de um processo bastante representativo de discussão em todos os estados, envolvendo os conselhos regionais, os sindicatos da categoria, e foi homologado pelo Conselho Federal de Serviço Social. [...] todo esse contexto de renovação teve seu rebatimento naquilo que se está chamando de uma nova moral profissional e de uma nova ética no interior do Serviço Social [...] Supera a visão do assistente social como mero executor das políticas sociais e estabelece a participação deste nos espaços de decisão dos programas institucionais. Ademais, apresenta novo valor – a denúncia –, que não aparecia na versão de 1975 e muito menos nas anteriores. A partir de 1986 é que aparece a possibilidade de o usuário apresentar uma denúncia aos Conselhos, referente a uma prática profissional contrária aos seus interesses (SILVA, 2000, p.141-142).

O código de ética de 1986 representa um marco na busca do rompimento com o conservadorismo. A importância desse código é evidente na medida em que ele pode ser considerado um divisor de águas na história da ética profissional em serviço social. Nesse código é visível a derrocada do privilégio das referências voltadas aos valores da fé religiosa.

Na própria introdução do Código de Ética de 1986, isto pode ser observado:

“a sociedade brasileira no atual momento histórico impõe modificações profundas em todos os processos da vida material e espiritual [...] inserida nesse movimento, a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultante da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira [...]”.

Destaca-se também, uma postura em defesa de direitos antes não observada, na disposição sobre os deveres dos/das assistentes sociais:

“Denunciar no exercício da profissão, às organizações da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, qualquer forma de agressão à integridade física, social e mental, bem como abuso de autoridade individual e institucional”.

Segundo Barroco (2007:180), na década de 1990 as condições socioeconômicas e ídeo-políticas, atingem diretamente a população trabalhadora, rebatendo duplamente no serviço social.

A superação das fragilidades do Código de 1986 são objetivadas em 1993, quando o código é reelaborado, assim sendo, esse último código representa a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social nas últimas décadas do seu processo histórico, observamos nele a presença da perspectiva crítico dialética, a crítica à ordem econômica-social estabelecida, e a defesa dos direitos dos trabalhadores. O código de 1993 representou a expressão formal da ruptura com o conservadorismo no campo da ética.

Tendo como nosso objeto de estudo a presença do neoconservadorismo no serviço social contemporâneo, poderíamos destacar todos os princípios éticos presentes no código de 1993, mas destacamos dois que irão contribuir e fundamentar nossa discussão, o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”; e o “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

Encontramos no primeiro princípio o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993), e de imediato já se coloca para o profissional a necessidade de se compreender a complexidade que esse valor traz para nosso exercício profissional. Assim, temos que:

[...] esse princípio solicita que se tenha a compreensão, no exercício do Serviço Social, de que a necessidade da liberdade não pode suplantiar o ideal da igualdade; a igualdade requer a liberdade e vice-versa. Não se trata de uma concepção de liberdade como a presente no liberalismo, que percebe apenas como livre-arbítrio ou que coincide com o individualismo. Não é possível reduzi-la ao estrito âmbito das decisões individuais, pois a experiência da liberdade se constitui como uma construção coletiva. Muito embora se dê também, com relação a essa concepção da liberdade vinculada ao primeiro princípio, o resgate da dimensão do indivíduo,

diferentemente do Código de 1986 que fazia menção apenas à questão do coletivo e à esfera do público (PAIVA & SALES, 2000, p.181-182).

As autoras destacam ainda que para a garantia plena da liberdade de cada um, exige-se a garantia da liberdade de todos, e para tanto, torna-se fundamental garantir as demandas colocadas para liberdade, tais como: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Assim, é correto afirmar que “esse projeto de realização da liberdade é colidente com a dinâmica social capitalista, que em si é limitadora da liberdade, quase sempre reduzida aos seus termos formais e jurídicos” (PAIVA & SALES, 2000, p.182).

Sobre essa discussão acerca da liberdade, é imprescindível reconhecer a contribuição de Marx (2005), em A Questão Judaica, quando o mesmo diferencia os estágios e as conquistas decorrentes da emancipação política da emancipação humana.

Não há, dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos a emancipação real, a emancipação prática (MARX, 2005, p.24-25).

Visto dessa forma, podemos afirmar que o estágio da emancipação humana, ou seja, da emancipação real, é o estágio da liberdade plena, da liberdade coletiva que aponta a superação da desigualdade e das formas de indiferenças.

O sexto princípio, implica o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” – vivemos em uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade e pela injustiça social, constituente de um processo histórico que traz em suas raízes inúmeras formas de opressão – patriarcado, sexismo, racismo, homofobia, xenofobia – Compreender as expressões de desrespeito e violação aos direitos humanos na sociedade brasileira, numa perspectiva crítica requer contextualizar a desigualdade na sociedade capitalista, o que significa afirmar que a desigualdade é resultado da divisão de classes entre os que detêm os meios de produção e os que vendem a força de trabalho, para garantir a sobrevivência.

Sobre este princípio Paiva e Sales (2001) destacam:

“essa temática é de grande centralidade na discussão da ética, possuindo aí um lugar especial, seja pela intensidade das polêmicas que desperta, seja pela delicadeza que reclama para o seu fiel tratamento valorativo [...] só poderemos nos libertar dos preconceitos se assumirmos corajosamente o contínuo processo de desalienação, à superação do senso comum, inicialmente como um bom senso e, por fim como práxis libertária. O contraponto ao preconceito dá-se por meio do resgate da ética na perspectiva da afirmação dos indivíduos sociais, como sujeitos livres” (p.192-195).

Compreende-se que o arcabouço ético – político e teórico metodológico detalhado nas argumentações anteriores, é capaz de guiar a atuação profissional na contramão das práticas conservadoras. Cabe aos profissionais formular estratégias de ação visando contribuir para a desalienação, incentivando o respeito a diversidade, a participação dos grupos discriminados a explicitação e o debate das diferenças, na construção de uma cultura democrática e plural.

Apesar dos grandes avanços obtidos através da renovação do código de ética, percebemos que ainda se fazem presentes diversas contradições e limites na ação dos/das assistentes sociais provenientes do sistema capitalista - regressão de direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos/das trabalhadores (as) em nome da defesa, do capital - o caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história, e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em dificuldades, causa de gastos sociais excedentes, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados.

3. NEOCONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL

A Promessa

Não vejo nada o que eu vejo não me agrada
Não ouço nada o que eu ouço não diz nada
Perdi a conta das pérolas e porcos
Que eu cruzei pela estrada
(...)O céu é só uma promessa
Eu tenho pressa, vamos nessa direção
Atrás de um sol que nos aqueça
Minha cabeça não aguenta mais(...)

Humberto Gessinger

Estamos em um período de regressão de direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa do capital. Um contexto que exige dos/das assistentes sociais a capacidade de construir novas relações entre Estado e a sociedade civil que reduzam a lacuna entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Requer uma concepção de cidadania para além dos marcos liberais. É neste terreno que se afirma o Projeto ético-político profissional, comprometido com a universalização dos direitos, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça, em contraposição à herança conservadora que continua viva e muito presente. Neste item iremos discutir a influência da pós-modernidade, que se configura, hoje, como expressão do neoconservadorismo e a partir desse diálogo tende a interpretar a realidade de forma simplista e sem problematização. E posteriormente iremos mostrar que diante desse cenário, com todas as dificuldades postas, a categoria tem se manifestado contrária a essas expressões.

3.1 A presença do neoconservadorismo no serviço social

Como vimos, o Serviço Social emerge a partir de uma importante instância legitimadora da ideologia conservadora – a Igreja Católica – na sua profissionalização, conduzida pela formatação jurídica do Estado, ao mesmo em tempo que busca romper com o tradicionalismo, vê-se atrelado as determinações daquele mesmo Estado que a reconheceu como profissão, sobretudo por se tratar da instância que mais absorveria sua força de trabalho. De acordo com Martins

(2012) essa característica fundamental do processo de desenvolvimento da profissão acaba sempre por (re)compor-se com um dos pólos determinantes na reatualização do neoconservadorismo no Serviço Social contemporâneo. E, nesse sentido, a própria natureza do trabalho do assistente social e as determinações que configuram seu espaço sócio-ocupacional o remetem a uma mesma e reiterada relação com o Estado, que tenciona sua opção política, ética e prática.

A dinâmica do Serviço Social a partir dos anos 1990 nos permite identificar um amadurecimento da relação entre a profissão e o referencial teórico que rebate com o tradicionalismo através das formulações marxistas.

A primeira aproximação com a teoria marxista ocorre durante o Movimento de Reconceitualização, porém, Santos (2007) nos mostra que essa apropriação da teoria forneceu um determinado e problemático recorte, nesse primeiro encontro com o marxismo capturaram-se seus elementos ideopolíticos, como aportes de ruptura. Esse “problema”, está relacionado aos equívocos observados na história do marxismo, desde sua gênese passando pela Segunda e Terceira Internacionais.

“decorrem deste momento alguns desdobramentos, a exemplo de posturas fatalistas, que esperavam a realização do inelutável capítulo da revolução socialista como uma “lei” sem minimizando assim a ação humana; ou ainda, o seu inverso, posições messiânicas, impregnadas de voluntarismo e moralismo, que encaravam a luta de classes como a luta do bem contra o mal (SANTOS, 2007:73)”.

A autora afirma que estes são apenas alguns dos equívocos dos ideólogos marxistas, que resultaram no empobrecimento e na fragmentação das reflexões por parte dos/das assistentes sociais, tem-se uma concepção abstrata do homem e da sociedade. O Serviço Social incorpora o marxismo através dessas produções, e assim absorve seus equívocos e contradições, nesse primeiro momento.

O segundo momento de aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista ocorre ainda na década 1980 e representa uma apropriação epistemológica:

“apesar de iniciarem nesta década o debate com as fontes marxianas clássicas e marxistas de maior densidade analítica – especialmente com Gramsci -, a tônica da leitura para os segmentos de vanguarda da categoria ainda esteve marcadamente influenciada pelo epistemologismo” (SANTOS, 2007:75).

A tradução da apropriação epistemológica da tradição marxista é evidenciada na revisão do currículo do curso de serviço social em 1982, sua estruturação

baseou-se em três eixos: História, Teoria e Método; No entanto, esta concepção de Serviço Social compreende o marxismo como um modelo, derivando em polêmicas diversas que pareciam fechar o serviço social nele mesmo. Através da reformulação do código de ética aprovado em 1986 também observamos a apropriação epistemológica do marxismo, uma vez que retrata predominantemente a apreensão do marxismo como um modelo que se aplica na prática.

Não se pode desconsiderar os avanços obtidos nesse período através da aproximação com a teoria marxista, mas é necessário identificar o significado desses avanços e o impacto ocasionado por seus equívocos.

“não se pode imaginar idealisticamente que a produção teórica dessa época pudesse dar conta de movimentos ainda não colocados na pauta de discussões da profissão, sem o equacionamento dos que vinham se constituindo efetivamente como núcleos problemáticos e demandando tais reflexões; Por outro lado, penso que reside, entre outros fatores, nesse tipo de apreensão da teoria social de Marx o motivo da queixa histórica de que a teoria na prática é outra. Eis a percepção generalizada que emergiu da apropriação epistemológica do marxismo pelo Serviço Social: a de que deveria existir uma identidade entre teoria e prática; esta última deveria ser moldada pela teoria de forma que o produto final correspondesse à teoria aplicada” (SANTOS, 2007:77).

Esse entendimento provocou a expectativa de que o/a assistente social fosse o agente de transformação social. Por essa análise não dar conta da historicidade do ser social, em meados dos anos 1980 percebe-se a necessidade de superar tais equívocos através da apropriação ontológica da vertente crítico dialética.

Em meados da década de 1990 observamos esse processo, que tem permitido o enfretamento e a ruptura de questões atreladas ao conservadorismo. Esse avanço pode ser identificado em pelo menos três debates centrais (mostrados no capítulo anterior): A Lei de Regulamentação da Profissão; a reformulação do Código de Ética; e a Revisão Curricular. Esse momento caracterizado por Santos (2007) como apreensão ontológica do marxismo, coloca a sociedade civil no centro do debate e consegue captar as mediações que estiveram ausentes até o momento, que agora aparecem sistematizadas no projeto ético-político profissional. “O que muda substantivamente nos anos 1990 é o tratamento conferido a estes e outros debates e, voltamos a enfatizar, a centralidade que possuem a partir de uma apropriação ontológica da teoria social de Marx” (SANTOS, 2007:79).

O processo de renovação profissional atinge outra categoria quando compreende a vinculação orgânica entre profissão e realidade, o/a assistente social apropriando-se dessas bases, deve lançar sobre a realidade, objeto de sua intervenção, uma análise que, não lhe permitindo conceber o pensamento dissociado do ser, entende a consciência como momento teórico da vida real. Nesse sentido, não existe dicotomia entre teoria e prática.

Santos (2007) nos mostra que ao sinalizar estes três momentos na relação serviço social e marxismo, fica evidente que a história não se trata de uma evolução linear. Está claro que a concepção de teoria como reprodução ideal aproximada e relativa do movimento real, não engloba todos os sujeitos envolvidos na apropriação do marxismo pela profissão.

Desta maneira, a manifestação da ofensiva pós-moderna na produção teórica do Serviço Social na década de 1990, é visível através de duas vias. A renovação do conservadorismo – neoconservadorismo por meio da absorção sincrética do irracionalismo pós-moderno. E a segunda, se manifesta junto aos segmentos da vertente marxista, que apresentam uma apropriação epistemológica desta teoria social.

De acordo com Santos (2007), as polêmicas pós-modernas presentes no Serviço Social possuem em geral, o mesmo perfil da polêmica nas ciências sociais – “a insuficiência do marxismo”. Deste modo:

“a resposta está no fato de que, embora os autores pós-modernos “clássicos” se utilizem de simplificações para invalidar as “metanarrativas”, no Serviço Social a tendência do sincretismo ideológico do tecido profissional, somada à também já histórica afeição pelas dimensões “microsociais” da realidade social, potencializa a simplificação. [...] o que particulariza o recurso à simplificação do marxismo submetido à crítica pós moderna no Serviço Social são os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos os referenciais no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais” (SANTOS: 2007,86).

Os desdobramentos disso são as críticas à totalidade como o totalitarismo, ortodoxia, dogmatismo, universalidade, estruturalismo e conseqüentemente a negação do sujeito.

Ainda nesse sentido, Santos (2007) ressalta que, nas aproximações pós-modernas da profissão, existem críticas de origem conservadora que rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas, e existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo e em

alguns dos seus aspectos, recomendam a superação das lacunas e o aumento de sua potencialidade explicativa com os paradigmas pós- modernos.

A própria construção histórica do Estado e seu desenvolvimento, determinado pela expressão das formas de consciência social constituídas no interior da base econômica, contemplam polêmicas que estão longe de serem resolvidas. E, desse modo, o resultado do embate de forças que se processam na base acaba por formatar, num contínuo movimento mediado por conquistas e concessões, um Estado intencionalmente predisposto a absorver os componentes de mistificação do real, presentes na ideologia conservadora, e a traduzi-los na sua forma de governar.

Assim, a legitimidade do discurso de que se reveste o Estado e o formato de intervenção assumida frente à sociedade traduz-se numa complexa rede de poder moldada a partir das suas escolhas.

De acordo com Serafim (2014) as incorporações das concepções pós-modernas da realidade vêm enfrentando o mesmo espaço que o marxismo, porque os campos de atuação das/dos assistentes sociais reforçam a singularidade e a intervenção imediata. De modo, que impulsiona os/as profissionais a aderirem à perspectiva pós-moderna porque ele legitima, enquanto teoria, as intervenções no campo da imediaticidade presente nas Políticas Sociais.

Compreende-se, então, que o estilo de gestão assumida pelo Estado, especialmente no que tange às políticas sociais, e seu posicionamento político frente às expressões da questão social imprime uma ação direta no Serviço Social, fatalmente, coloca-se como um dos caminhos à sua reiteração com as bases ideológicas neoconservadoras. A materialidade deste conduto se reforça, ainda, ao considerar o campo das especificidades que a profissão encerra – sobretudo pelas características que lhes são básicas – e a abrangência que as decisões provenientes do Estado alcançam, tornando-se previsível que influências se façam sentir na constituição de seu espaço sócio ocupacional, na normatização das linhas gerais da formação acadêmica e no tipo de relação de trabalho a ser estabelecido. Ou seja, é o Estado que determina o tipo de atendimento às refrações da “questão social”, fundamenta as linhas gerais de execução da política educacional no país e, ainda, condiciona as referências que orientam os vínculos de trabalho – sob a égide neoliberal – a que o profissional estará submetido. E aqui não se há de perder de vista o embate de forças que se processa na base da sociedade e que medeia e

tenciona tal configuração do Estado, denunciando mesmo seu real caráter contraditório.

É sob o prisma destes conceitos e perspectivas – cujos dilemas e reflexões já são objeto de problematização teórica pela categoria – que uma gama representativa de assistentes sociais brasileiros desenvolve sua prática profissional. Requisitados pelo Estado a intervir, se deparam com as contradições impostas pelo modelo neoliberal que vai de encontro com os pressupostos presentes Projeto Ético Político Profissional.

Coloca-se, então, a necessidade de, antes de considerar o sujeito na condição objetiva de agente profissional, apanhá-lo na sua dimensão subjetiva, como indivíduo submetido aos mesmos componentes ideológicos que se desenham na cena contemporânea e que são levados à prática pelo Estado e assumidos pela sociedade.

Nesse sentido, as condições ideológicas, culturais e políticas que se desenham na cena contemporânea, levando a cabo a defesa do caráter positivo do modo de produção burguês, provocam o revigoramento de tendências neoconservadoras no Serviço Social e, assim, a luta empreendida pela direção crítica da profissão contra o conservadorismo, não se limitam às suas dimensões estritamente práticas e às da sua produção teórica, antes, lançam-se ao embate contra as diversas manifestações estratégicas que o pensamento conservador utiliza para se fazer hegemônico como expressão da lógica pós-moderna.

De acordo com Simionato (2009), os desdobramentos das mudanças societárias ocorridas ao longo dos anos 1990, sob a ofensiva neoliberal e suas repercussões nos dias atuais, tem colocado em xeque os pressupostos do projeto ético-político da profissão – vinculado à defesa de uma propostas transformadora da ordem vigente. Tais repercussões podem ser sinalizadas a partir de pelo menos duas direções: a primeira no plano do conhecimento, mediante o constante questionamento da teoria marxista e da razão dialética e o fortalecimento do pensamento conservador, rearticulados pelas tendências pós-modernas; a segunda no âmbito do exercício profissional, cujas manifestações evidenciam-se seja na alteração das condições de trabalho dos/das assistente sociais, seja nas novas demandas encaminhadas a profissão.

As alterações e mudanças nos espaços ocupacionais e nas condições de trabalho do/da assistente social, não somente redimensiona o tipo de prática e o vínculo ocupacional, mas modifica os princípios sobre os quais se sustentam as respostas às expressões da questão social. As mudanças na esfera pública, mediante a diminuição de investimentos na área social, a subordinação das políticas sociais, a ampliação do campo profissional nas instituições do terceiro setor, tem fortalecido o caráter fragmentado e seletivo das políticas sociais.

Deste modo Guerra (1995) nos mostra que:

“a prática profissional, se reduzida, portanto, à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas. Para superar essa abordagem parcial da realidade, torna-se necessário que o assistente social detenha um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 1995:200).

Trata-se de compreender que o que possibilita o avanço na compreensão das expressões da vida cotidiana é a análise dialética da realidade.

Esse campo da imediatez em que se movem as ações do Serviço Social, quando reduzido à mera aparência, constitui um foco aberto para o fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e do conservadorismo, reflete uma fragmentação entre teoria e prática, conforme às tendências pós-modernas e um distanciamento cada vez maior dos paradigmas críticos.

“Obviamente que tais inflexões na direção do conservadorismo desdobram-se em propostas para o tratamento das demandas postas à profissão no mercado de trabalho. algumas indicações explicitam respostas num sentido francamente acrítico e tecnicista, submetido à lógica do mercado, que não é a da defesa da esfera pública, contida no projeto ético-político da profissão” (SANTOS, 2007:95).

Vivemos uma época de tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais.

Nesse sentido, destacamos a primeira proposta referente a seguridade social no Brasil, instituídos através da Constituição Federal – CF de 1988, que garante a democracia, a participação e o controle popular, a universalização dos direitos, a cobertura do atendimento das políticas sociais, na garantia da gratuidade e na integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da

igualdade. Segundo lamamoto (2009) “Pensar a defesa dos direitos requer afirmar a primazia do Estado”. Supõe politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados, estimulando a descentralização do poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação social. As refrações neoconservadoras que incidirão diretamente sobre o trabalho profissional se fazem sentir em alguns temas que passam a compor a agenda governamental. Tomemos como exemplo os princípios promulgados no artigo 194 do Capítulo II (da Seguridade Social) do Título VIII (Da Ordem Social) Comentados por Behring e Boschetti (2008):

“o princípio da universalidade da cobertura proposto não tem a pretensão de garantir direitos iguais a todos os cidadãos [...] estabelece a assistência como direito aos que dela necessitam (embora o benefício do salário mínimo para o idoso e pessoa com deficiência seja associado a incapacidade para o trabalho) [...] A seletividade e a distributividade na prestação de serviços apontam para a possibilidade de instituir benefícios orientados pela “discriminação positiva”. Esse princípio não se refere apenas aos direitos assistenciais, mas também permite tornar seletivos os benefícios das políticas de saúde e de assistência social, numa clara tensão com o princípio da universalidade.”(BEHRING e BOSCHETTI, 2008:157).

As autoras explicam que a fragmentação e a focalização presentes na estrutura da seguridade social estão relacionadas a tentativa tardia de um Estado de Bem-Estar Social, trata-se de um processo que foi atropelado pelo ajuste neoliberal, no qual o conservadorismo antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes deixa a política social em um plano secundário, ressaltando e valorizando o solidarismo.

lamamoto (2009) chama atenção para tensão criada pelo neoliberalismo:

“Essa primeira proposta político-institucional de resposta à questão social é tensionada por outra proposta de inspiração neoliberal, parte de políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, comprometidas com a lógica financeira do grande capital internacional, que capturam o Estado nacional num contexto de crise e de fragilização do processo de organização dos trabalhadores. Ela se materializa, a partir de meados dos anos noventa, na profunda re-estruturação do aparelho de estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor do Estado, do Ministério da Administração e da Reforma do Estado – MARE, atropelando, no processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária, a política

social à política econômica e subverte o preceito constitucional” (IAMAMOTO, 2009:358).

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas, no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais.

Iamamoto aponta como exemplo atual desse processo, a difusão das “Redes de Parceria Social” e os “Fundos de Solidariedade”.

“na contramão de toda a legislação que considera a assistência social como direitos não contributivo do cidadão, assegurado pelo Estado. Na contramão dos direitos sociais, essas iniciativas potencializam tradicionais marcas da assistência social no Brasil: clientelismo, fragmentação institucional ausência de mecanismos de participação e controle popular, opacidade entre o público e o privado etc. Alguns governos estaduais vêm orientando recursos destinados à Política de Assistência Social, previstos na Lei Orgânica da Assistência (LOAS), ou nos Fundos da Criança e do Adolescente, criados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para as “Redes”. Por esse meio, a gestão governamental articula-se à iniciativa privada e a organizações do chamado “Terceiro Setor”, como um novo modelo de gestão da área social. Instituiu-se uma Fundação privada que administra o Fundo para o qual são dirigidas doações, que empresas e organizações sociais destinam a projetos sociais. Sob a liderança de uma “entidade âncora” – que consegue captar recursos e incentivos fiscais para um projeto social por ela proposto – e em articulação com entidades parceiras, passam a atuar em diferentes municípios sem passar pela sanção das instâncias locais deliberativas e de controle social, minando o caráter público da assistência social em favor de sua privatização”. (IAMAMOTO, 2009:359).

Diante desse quadro o CFESS, em 2009 se pronunciou através do CFESS MANIFESTA, contra os fundos de solidariedade e a refilantropização da Política de Assistência Social. Essa tendência de deslocamento da esfera pública para a esfera privada, ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais. A orientação neoliberal vem provocando o desmonte dos direitos e a regressão da cidadania. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, entre elas os/as assistentes sociais.

Outro elemento que merece destaque nesse contexto é o aumento da participação não governamental com a presença do Terceiro Setor e a valorização do trabalho voluntariado e da filantropia. Na interpretação governamental, ele é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor),

considerando como um setor “não governamental”, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social.

“No marco legal do terceiro setor no Brasil, são incluídas entidades de naturezas variadas, que estabelecem um termo de parceria entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título as tradicionais instituições filantrópicas, o voluntariado e organizações não governamentais – desde aquelas combativas que emergiam no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiação político ideológicas as mais distintas, além da denominada “filantropia empresarial” (IAMAMOTO, 2009:365).

A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas, destituídas de conflitos e tensões de classe, onde predomina a solidariedade.

Esse processo de contrarreforma do Estado brasileiro com a transferência dos serviços sociais para o terceiro setor repercute na profissão do Serviço Social, no seu espaço ocupacional, nas condições e relações de trabalho, criando novas funções e competências aos profissionais.

Como demonstrado, a profissão tem buscado romper com histórico conservadorismo que caracterizou por muito tempo a intervenção dos/das assistentes sociais brasileiros, renovou-se nas duas últimas décadas, de modo amplo e plural no ensino, na pesquisa, na construção do Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão e nas organizações representativas. No entanto está onda neoliberal que proporciona o crescimento e a valorização das ações voluntárias, incide no campo profissional de várias maneiras. Uma delas é a proximidade das práticas voluntárias com as intervenções profissionais sobretudo nas ações filantrópicas e de assistência social. Muitas vezes, neste âmbito é conferida ao profissional a tarefa de organizar, supervisionar e orientar ações do voluntariado. Em outras situações, particularmente reveladoras da desregulamentação dos mercados de trabalho, profissionais e voluntários dividem tarefas e responsabilidades. Outra incidência deste quadro refere-se à absorção do trabalho profissional nos novos organismos privados do Terceiro Setor, que com maior nível de organização, buscam enfrentar problemas sociais, questões ambientais e diversas das expressões da questão social (pobreza, violência, desemprego). Neste processo e na perspectiva de avanço da construção de um modelo misto de proteção social, aos poucos, estabelecem-se novas modalidades

de intervenção social caracterizadas, entre outros aspectos, pela incorporação de distintos e plurais agentes sociais, entre os quais o voluntariado.

Além dos desafios postos pela dinâmica do Terceiro Setor, destacamos também o trabalho dos/das assistentes sociais em empresas capitalistas.

O processo de reestruturação produtiva do capital, desencadeado como resposta à crise capitalista internacional dos anos 1970 e 1980, é um movimento que visa à recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital. Supõe o desenvolvimento de estratégias que reordenam as forças produtivas e atualizam as práticas organizativas das classes. Esse processo implica profundas alterações no mundo do trabalho e expressa uma série de transformações que afetam diretamente o conjunto da vida social.

Nesse movimento, a questão determinante é a redefinição do processo de produção de mercadorias que deverá permitir e potencializar o desenvolvimento da dinâmica de acumulação.

A partir desse cenário, Iamamoto (1995), destaca que o assistente social se caracteriza como um dos profissionais que possui atributos para intervir na vida cotidiana dos trabalhadores, tanto no âmbito fabril quanto na esfera do seu ambiente doméstico ou de sua vida particular. Assim, ao mesmo tempo em que interfere na reprodução da força de trabalho, por meio da administração de benefícios sociais ou dos salários indiretos, exerce o papel de mediador nas relações empregado – empresa, implementando programas.

“Nesse contexto, o trabalho do assistente social ainda é requisitado para atuar nas situações de trabalho que interferem na produtividade das empresas e nas suas necessidades de reprodução material e de sua família. Mas também são chamados para intervir em novo projeto mais amplos e “extra muros” da empresa, que requerem uma ação colada à filosofia e às práticas empresariais modernas de gestão do trabalho” (AMARAL E CESAR, 2009: 424).

Cabe destacar que o trabalho desenvolvido pelo serviço social nas empresas, possui um caráter “educativo”, voltado para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, objetivando sua adequação ao processo de produção. Adequando aos padrões de desempenho e flexibilização da produção e uma mobilização ideológica favorável à adesão do trabalhador com as metas da empresa.

“do ponto de vista das condições de trabalho, há que se considerar que o próprio assistente social, hoje, é exercido sob condições que

não fogem ao quadro mais geral da economia: muitos desses profissionais são terceirizados, fazem parte de cooperativas de trabalho, são contratados por projetos e não tem assegurada a proteção social pública. Portanto, são variadas as modalidades de contratação dos seus serviços, fato que reduz a sua capacidade de se contrapor, de questionar os objetos empresariais e de trabalhar o campo das contradições que é inerente às práticas capitalistas” (AMARAL E CESAR, 2009: 424).

Podemos dizer então, que nesse processo há um movimento que vai do conservadorismo à renovação. Seu processo interventivo, embora se estabeleça em uma sociedade e em um espaço institucional permeados por discursos e práticas contraditórias que refletem interesses contrapostos que convivem em tensão, é marcada pela necessidade imperativa de formar consensos e pactos hegemônicos, de modo a legitimar as ações estratégicas das corporações empresariais.

A Política Nacional de Educação brasileira, não está imune às transformações ocorridas no mundo do trabalho, e também se configura como espaço de reprodução do conservadorismo, além de ser uma arena de lutas entre projetos societários antagônicos, sendo visivelmente percebido na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, que por sua vez reflete no aspecto conceitual e de funcionamento, e no caso específico da educação superior enfrenta novos entraves mediados por sucessivas ações governamentais.

A ofensiva neoliberal tem contribuído para fragilizar as Universidades no âmbito da produção de conhecimento e ao mesmo tempo incentiva a privatização do ensino superior num discurso de democratização ao acesso, contraditoriamente prioriza-se a preparação para o mercado de trabalho, voltado para a qualificação da mão-de-obra. Além disso, hoje nos deparamos com outro desafio, as Escolas de Ensino a Distância – EaD. Esses cursos de graduação à distância inviabilizam o processo formativo na perspectiva de totalidade e criticidade, não garantem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, preconizados pela ABEPSS.

Se por um lado há uma preocupação dos órgãos da categoria representados pelo conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO com a formação crítica, amplia-se o debate sobre a repercussão da precarização no âmbito da formação, por outro nos indagamos sobre as condições de trabalho dos/das professores (as) na condição de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho, pois a reconfiguração das formas de exploração do capital. Diante da lógica capitalista a educação brasileira reforça a perspectiva mercantil acelerando a precarização do

ensino seguido de uma série de redefinições legais para dar sustentabilidade a esse sistema.

Estes aspectos, dos quais podemos citar: a precarização do trabalho docente, a fragilidade das atividades de pesquisa e extensão e a interferência da lógica mercadológica absolutamente atrelada ao neoconservadorismo, de fato, têm interferido na qualidade da formação dos sujeitos, direcionando-a para uma perspectiva conservadora ainda que o esforço individual de muitos docentes tenha possibilitado alguns avanços. Há que se dar muita atenção ao processo de formação profissional que está intimamente ligado à prática profissional do assistente social, e às demandas advindas do sistema capitalista, que se configuram na busca por propostas interventivas de cunho propositivo, criativo, pautadas no código de ética da profissão, com vistas à materialização do Projeto Ético Político.

Enfim, temos a presença do conservadorismo através da religião, visto que:

“os vínculos existentes entre religião e o Serviço Social se estabeleceram desde suas origens, não só no Brasil, mas também no mundo, e que ele têm acompanhado o fazer profissional ao longo de todos os anos de sua existência. As modificações curriculares, a presença de teorias com supostos materialistas, como o marxismo e o positivismo, a presença ou a ausência de técnicas interventivas, não afetaram, substantivamente, os vínculos existentes” (SIMÕES, 2005: 199).

Os princípios e valores religiosos fizeram e ainda fazem parte da profissão. Porém, essa presença só se torna um problema a medida em que a/o profissional não exerce uma postura reflexiva sobre a sua presença e não tem clareza acerca do seu compromisso ético, e se deixa levar por posturas ligadas a religião a moral, e intervém profissionalmente de forma conservadora e preconceituosa face as expressões da questão social.

“é a religião que estabelece princípios facilitadores de uma valorização da ação como condição de mudança. É a instituição religiosa, mais do que os partidos políticos ou agentes públicos, que forma as bases para um salto que aqui chamamos de “solidariedade de luta” (BRANT apud SANTOS,2007:94).

A religião comum ao conservadorismo do Serviço Social e à epistemologia pós-moderna, aparecem junto à retomada dos princípios que conferem a profissão a relação assistente social – cliente.

Como demonstrado na seção anterior, a dimensão ética da profissão no período que antecede a ruptura, tem sua centralidade na filosofia tomista, no

positivismo e no pensamento conservador. Segundo Barroco (2007:93), a ação profissional é tida como uma vocação a ser exercida por indivíduos dotados de um perfil ético-moral dado por qualidades inatas. “O assistente social deve ser um exemplo de integridade moral, o que é concebido a partir do conservadorismo ético”. Apesar do rompimento com o tradicionalismo na profissão, ainda hoje, muitas pessoas adentram as faculdades de serviço social, com essa concepção de “bondade”, “ajuda”, “solidariedade” e “religiosidade”.

O cenário contemporâneo demonstra a proliferação de instituições religiosas, bem como, as expressões públicas de posicionamentos conservadores, advindas especialmente de grupos religiosos, em contraposição a históricas bandeiras de lutas dos direitos humanos. Esse é um momento de reafirmarmos nossa postura em defesa do estado laico, como veremos no próximo item.

O Serviço Social, tem no conservadorismo um elemento central da sua constituição, percebemos que esse conservadorismo ao longo da história do serviço social vai se reformulando e ganhando um terreno bastante propício quando se depara com o pensamento pós-moderno. Percebemos que a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno deriva do momento histórico em que se vive além da ideologia de que a vertente crítico dialética é insuficiente e ultrapassada, ideias que deslegitima o projeto-ético-político-profissional. Porém ainda com esses embates e essa onda conservadora que permeia a sociedade, a categoria tem se preocupado em refletir e combater essas posturas, seja através de encontros como através de publicações, como veremos no próximo item.

3.2 Reafirmando a luta contra o conservadorismo

Neste item buscamos demonstrar o esforço que a categoria profissional tem realizado através do conjunto CFESS/ CRESS e ABEPSS para romper com os posicionamentos e práticas conservadoras no interior da profissão.

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS)

e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Esse instrumento legal marca, assim, a criação do então CFAS e dos CRAS, hoje denominados CFESS e CRESS.

Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíam num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social.

Conforme já mencionado na seção anterior, a concepção conservadora que caracterizou a entidade nas primeiras décadas de sua existência era também o reflexo da perspectiva vigente na profissão, que se orientava por pressupostos a-críticos e despolitizado face às relações econômico-sociais. A concepção conservadora da profissão também estava presente nos Códigos de Ética de 1965 e 1975: "Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975" (Barroco, 2001, p.95).

Atualmente, o conjunto CFESS/ CRESS para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993 – Lei que regulamenta a profissão - vem promovendo, ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Os principais posicionamentos políticos do CFESS, diante de questões atuais, são divulgados através do CFESS MANIFESTA, disponível da página do conselho. Os textos ajudam a compreender que a Lei de regulamentação da Profissão, o Código de ética e os princípios não constituem meramente um conjunto de normas, mas fazem parte de uma construção histórica, passível de questionamentos e alterações.

O Brasil vive um momento preocupante de grandes retrocessos nas históricas conquistas de trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, manifestações de profundo conservadorismo tem ocorrido em todo o país, - nas ruas e principalmente através das redes sociais na internet - especialmente em segmentos médios da sociedade, que reproduzem os preconceitos e anseios inseridos pela elite brasileira, por meio dos grandes veículos de comunicação, o que tem se presenciado não são críticas ao governo, mas sim ofensas a presidente pelo fato de ser mulher, incitação a violência, apologia ao estupro como “correção” ao mal governo, ataques de cunho

homofóbico e xenofóbico aos eleitores, além das bandeiras e discursos pela retomada da ditadura. Vivemos um momento de crise do capital, e em decorrência disto, a sociedade sente-se ameaçada, o que provoca um conservadorismo ainda mais exacerbado. E nessa perspectiva identificamos como o pensamento conservador está atrelado ao preconceito, a falta de reflexão e principalmente a posturas antidemocráticas.

Todos esses elementos se refletem na formação e principalmente no cotidiano profissional, uma vez que, as políticas sociais em que grande parcela de assistentes sociais está inserida sofre as tensões das políticas neoliberais - à fragmentação, focalização, privatização, - o que impacta no cotidiano profissional da categoria de modo que se faz necessário refletir sobre essa realidade além de organizar a categoria para que se construa melhores estratégias de luta contra este cenário que é extremamente oneroso para a categoria.

Destacamos aqui algumas das pautas, discutidas e aprovadas democraticamente e que expressam a posição política da categoria profissional – disponíveis no Conjunto CFESS/CRESS, são elas:

Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial e com condições éticas e técnicas para o trabalho; Seguridade Social ampliada; financiamento público das políticas de seguridade social; democratização dos meios de comunicação; Responsabilização das pessoas responsáveis pela tortura e crimes de lesa-humanidade nos anos da Ditadura Militar brasileira; Retirada das tropas brasileiras no Haiti, na defesa da soberania do povo haitiano e contra as violações de direitos humanos; Defesa do Estado laico; Posição contrária às previsões do Estatuto do Nascituro e do Estatuto da Família; Garantia dos direitos da população LGBT; Defesa da legalização das drogas, com ênfase na Política de Redução de Danos para situações de uso prejudicial, submetida ao controle social; Posição contrária à manutenção e regulamentação pública das comunidades terapêuticas; Defesa da descriminalização e legalização do aborto, compreendendo-o como um direito reprodutivo, constitutivo dos direitos humanos; Negação da redução da idade penal e defesa do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca); Reforma urbana e agrária – em que seja garantido o direito à terra, à moradia digna, os direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, da população em situação de rua e de catadores e catadoras de materiais recicláveis; Reforço às lutas

contra as opressões, em conjunto com movimento negro, indígena, de mulheres e demais movimentos sociais que lutam pela equidade de raça, etnia e gênero.

Para darmos início as discussões sobre as bandeiras de luta do serviço social, é fundamental começarmos pela defesa do Estado Laico, tendo em vista que as posturas fundamentalistas e religiosas exercem grande influência sobre diversos assuntos. A bancada evangélica no Congresso Nacional, constituída por bispos, pastores e parlamentares leigos alinhados a dogmas religiosos, tem grande força, e entre as prioridades do grupo estão a limitação a reivindicações do movimento LGBT, o combate à flexibilização das leis sobre drogas e a legalização do aborto, além de se posicionarem a favor da redução da menor idade penal, posicionamentos e discursos extremamente conservadores e preconceituosos.

O Brasil é oficialmente um Estado Laico, que significa Estado não confessional, sem religião oficial ou obrigatória.

Considerando o que preceitua a Constituição Federal em seu art. 5º, que estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança (...): (...) VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”.

Em 2012 o CFESS publicou uma resolução que dispõe sobre a vedação de utilização de símbolos, imagens e escritos religiosos nas dependências do Conselho Federal; dos Conselhos Regionais e das Seccionais de Serviço Social. O documento aponta que o Brasil é um Estado laico, sem religião oficial ou obrigatória, que não deve estabelecer preferências ou se manifestar por meio de seus órgãos ou entidades, e que o CFESS e os CRESS são entidades de fiscalização profissional de caráter público em defesa dos interesses da sociedade, por isso não devem expor qualquer símbolo religioso, independentemente da crença.

Diante disso não podemos permitir que a crença e o fundamentalismo religioso interfiram no acesso e na garantia de direitos da população pois, a defesa do Estado laico entra em sintonia com os princípios defendidos pelo Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, por meio do Código de Ética Profissional.

Sobre a legalização do aborto o Código Penal, instituído em 1940, em seu art. 124, criminaliza a prática de aborto, impondo pena de detenção, de um a três anos a quem “provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque”.

Mesmo sendo proibida a prática do aborto no Brasil, todos os dias centenas de mulheres se submetem ao procedimento em clínicas clandestinas, pagando com a própria vida.

No ano de 2009 ocorreu em Campo Grande – MS o 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS, e neste momento assistentes sociais, observadores/as e convidados(as) manifestaram apoio contra a criminalização das mulheres que praticam aborto apresentado pela Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto afirmando:

“A maternidade deve ser uma decisão livre e desejada e não uma obrigação das mulheres. Deve ser compreendida como função social e, portanto, o Estado deve prover todas as condições para que as mulheres decidam soberanamente se querem ou não ser mães, e quando querem. Para aquelas que desejam ser mães devem ser asseguradas condições econômicas e sociais, através de políticas públicas universais que garantam assistência a gestação, parto e puerpério, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno de uma criança: creche, escola, lazer, cultura, saúde. As mulheres que desejam evitar gravidez devem ter garantido o planejamento reprodutivo e as que necessitam interromper uma gravidez indesejada deve ser assegurado o atendimento ao aborto legal e seguro no sistema público de saúde [...] Por uma política que reconheça a autonomia das mulheres e suas decisões sobre seu corpo e sexualidade. Pela defesa da democracia e do princípio constitucional do Estado Laico, que deve atender a todas e todos, sem se pautar por influências religiosas e com base nos critérios da universalidade do atendimento da saúde!”. (MOÇÃO DE APOIO AO MANIFESTO CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES QUE PRATICAM ABORTO apud CFESS).

Como dito anteriormente, o Estado brasileiro é laico, não podemos nos submeter a um conceito teológico, para tratar de um assunto de saúde pública, não se pode ignorar a imensa taxa de mortalidade causada por abortos clandestinos. Entendemos que ter um filho deve ser uma escolha, e não uma imposição. Deste modo a luta dos/das assistentes sociais deve ser pautada dentro de uma ética emancipatória fundamentada no reconhecimento e na busca pela efetivação dos direitos humanos e na liberdade de escolha da mulher.

Em 2014 o Ministério da Saúde revogou a Portaria 415, que incluía o aborto por razões médicas e legais na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de

Saúde (SUS). O Ministério afirmou que a revogação se deu por questões técnicas de ordem financeira, mas o que houve, de fato, foi uma grande pressão da bancada religiosa do Congresso Nacional, que ainda encara este assunto sobre uma perspectiva religiosa e moralista.

Entretanto, dentro da própria categoria, há quem recrimine a prática do abortamento, ainda que a posição do Conjunto CFESS-CRESS seja pela legalização. É preciso discutir o assunto e reafirmar nosso compromisso ético-político com a autonomia e a liberdade de todos e todas, embora o sistema patriarcal vigente nos tente impor o contrário, destituindo de sentido e valor a vida das mulheres.

Com relação ao debate contemporâneo sobre o uso de drogas no Brasil, as principais discussões em torno da política de drogas ocorrem no Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas – CONAD, o qual o CFESS faz parte desde 2009, e também através da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos (FNDDH) criada em 2012 reúne entidades e movimentos sociais que lutam por políticas públicas de drogas baseadas nos direitos humanos, no respeito aos princípios do SUS, o qual o CFESS também faz parte.

A ilegalidade de algumas drogas em nosso meio tem servido ao controle de práticas e comportamentos de segmentos sociais historicamente discriminados e que são cotidianamente impelidos à marginalidade pela fragilidade da democracia brasileira, pela reprodução ampliada da desigualdade e pelo caráter conservador das respostas operadas no âmbito do Estado, em face do consumo de drogas e de outras práticas que confrontam a moralidade dominante.

Em 2013 o CFESS se manifestou através do documento “Proibir e trancar não resolve”, a partir dele, destacamos o seguinte:

“A prioridade da política então definida não está orientada para a atenção pautada na redução de danos, mas, ao focar a centralidade do enfrentamento no uso do crack, decorrem daí, em especial, ações policiais violentas e tratamentos compulsórios, ao invés de proporcionar o cuidado ao/à usuário/a em seu território, respeitando a sua autonomia e liberdade. É feita uma escolha, quando se investe em ações violentas, deixando de investir em políticas públicas que de fato venham a abordar essa situação com outra visão, numa outra perspectiva. Diante deste cenário e sendo esta a opção para a condução da política sobre drogas no país, tal situação põe em cheque o que já vem sendo construído no âmbito das políticas públicas, com alguns avanços e conquistas, embora em processo de consolidação, principalmente no que se refere à Reforma Psiquiátrica

Brasileira” (CFESS MANIFESTA: PROIBIR E TRANCAR NÃO RESOLVE).

É importante ressaltar a necessidade de conhecer a realidade destas pessoas, visto que, não são casos individuais, milhares de pessoas sofrem devido a dependência de drogas, e com a violência causada pelo narcotráfico. O CFESS manifesta e apoia a descriminalização da posse de drogas, assim como a descriminalização do cultivo para uso pessoal – o cultivo para o próprio consumo não deve ser delito; supõe precisar as definições de “porte para consumo pessoal” e/ou “porte com finalidade de tráfico” – é necessário especificar parâmetros que possibilitem definir e distinguir, explicitando usuários/as e traficantes; Defende a Prioridade de tratamentos ambulatoriais em detrimento das internações; e luta para fortalecer a estratégia de redução de danos nas políticas de atenção integral a usuários/as de drogas.

Compreendemos que o debate público favorece a transparência e o caráter democrático necessário à construção de respostas no campo da saúde pública para a realidade de consumo de drogas em nossa sociedade. Legalizar não significa estimular ou liberar de forma irrestrita o consumo, mas criar regras transparentes e democráticas que assegurem o controle público sobre a produção, o comércio e o consumo eliminando o narcotráfico.

Pela negação da redução da idade penal e em defesa do cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca.

“em tempos de propagação de um pensamento punitivo, em que as soluções para os problemas da sociedade apontam para a criminalização e o encarceramento, inclusive de crianças e adolescentes, o CFESS declara sua posição contrária à redução da idade penal e a qualquer proposta de ampliação do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo. Compreendemos que, para além das questões jurídicas, reduzir a maioria penal ou aumentar o tempo de internação do/a adolescente que comete ato infracional, na prática, tem o mesmo impacto na vida do/a adolescente, haja vista que resultam no recrudescimento do seu encarceramento e, diga-se, recaindo essa punição nas camadas mais pobres da população brasileira. Significa tratar a causa e não os efeitos.”.

O Estado não garante as políticas necessárias para assegurar às crianças, aos adolescentes e jovens o pleno exercício de seus direitos e isso tem levado muitos jovens a criminalidade. Acreditamos que o sistema penitenciário brasileiro

não tem cumprido sua função social de controle, reinserção e reeducação dos agentes, por isso nenhum tipo de experiência na cadeia pode contribuir com o processo de reeducação e reintegração dos jovens na sociedade. Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, em peculiar condição de desenvolvimento, e, por isso, justifica-se a atenção especializada e diferenciada por parte das políticas públicas e do sistema de justiça. Princípio este assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca -Lei nº 8.069/1990) e em tratados internacionais com as quais o Brasil está comprometido, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, e a Convenção dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989.

Poderíamos destacar outras inúmeras bandeiras de luta, mas delimitamos, tendo em vista que o nosso objetivo é demonstrar o esforço da categoria para romper com essa onda conservadora pós-moderna que recai sobre a profissão. Essas pautas reafirmam o projeto ético-político profissional do serviço social, comprometido com a garantia inalienável da liberdade, dos direitos humanos, da democracia e da superação da ordem social capitalista desigual e excludente. Por isso, reforçamos a necessidade de fortalecer as lutas sociais com autonomia e destacamos o impacto do acirramento da luta de classes na produção e reprodução do modo de viver e de pensar da classe trabalhadora. Essa conjuntura pode alimentar as veias abertas do conservadorismo, histórico na categoria, ou reavivar as nossas resistências profissionais.

Por fim destacamos o 8º Princípio Fundamental do Código de Ética do/da Assistente Social que postula pela “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero” – esse princípio expressa a visão ontológica do ser social. As relações de classe, etnia e gênero apresentam-se como determinações do ser social por confrontarem individualidades e particularidades, tomando-se não só de diferenciação dos sujeitos, mas, sobretudo, de expressão de desigualdade entre eles. Deste modo, a luta pela superação da dominação e exploração significa transformar a ordem societária vigente.

Este princípio amplia a visão do/da assistente social para outras determinações, como as de gênero, etnia e a concepção de classe. Assim, Paiva e Sales (2001) afirmaram:

“A categoria dos assistentes sociais selou seu compromisso ético-político, referenciando-se nos ideais igualitários e libertários pertencentes ao horizonte das lutas sociais dos trabalhadores. O sonho da democracia, a ser consolidado sobretudo pelo enfrentamento real da desigualdade, mantém-se atento à agenda de proposições que os movimentos sociais vêm construindo. Dentro disso, o eixo do projeto político-profissional tem sido a defesa das políticas públicas e da qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da garantia da efetivação dos direitos sociais” (p.198).

Assumimos um posicionamento crítico frente a ordem capitalista e a ideologia conservadora. Nessa conjuntura, é necessário que os/as profissionais aprimorem a contribuição político-profissional, participando de fóruns de discussão, debates, formulando e controlando as políticas públicas, face às inúmeras mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo capital.

Enquanto expressão do debate ético-profissional, o código de ética de 1993 é base constitutiva do projeto profissional e subsidia a organização da categoria. Um determinante que tem sido fundamental para a manutenção da hegemonia desse projeto, é o nível de organização política da categoria profissional. Esta organização se constitui como força impulsionadora na materialização das projeções coletivas, construídas ao longo das últimas décadas.

Segundo Iamamoto (1966:26) o desafio maior para a efetivação desse projeto na atualidade é torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional, o que exige um radical esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, abstraída da realidade histórica.

Ao longo das discussões que permeiam este trabalho percebemos que o Serviço Social brasileiro vem sofrendo um processo de renovação ao mesmo tempo em que vem se defrontando com a chamada pós-modernidade, e isso propõem um desafio para a categoria quem tem o projeto-ético-político como direcionamento, mas está inserido na sociedade permeada de valores morais, além do individualismo, injustiças, exploração de classe e gênero, terreno fértil para o neoconservadorismo. Outro desafio que se apresenta é não permitir que valores morais influenciem a intervenção profissional.

Com base nas leituras realizadas nas obras de Barroco, compreendemos que a objetivação da moral, se realiza através da reprodução de normas e regras de comportamento socialmente determinadas. “Sua origem nas sociedades primitivas, foi determinada por necessidades de preservação e de integração da comunidade,

quando não existia a propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho nem o excedente de produção” (BARROCO, 2010:59). Percebe-se o caráter sócio-histórico dos valores, na medida em que não existia excedente econômico, que a produção era distribuída de forma igualitária.

Desta maneira, percebemos que os valores morais surgem a partir das necessidades históricas do ser humano. Uma vez instituídos, passam a se estruturar como um conjunto de normas morais, visando regular o comportamento dos indivíduos, tendo como finalidade atender às necessidades de sobrevivência.

“servem de orientação de valor de parâmetros para o juízo de valor, que visam nortear a consciência moral dos indivíduos, compondo um código moral não escrito, cuja reprodução é realizada na vida cotidiana, pela repetição formadora do hábito e dos costumes. Essa forma primária de organização social da comunidade em torno de valores comuns e de regras de comportamento da origem à moral como costume (do latim *mos, moris*) ou conjunto de hábitos de conduta (*mores*)”. (BARROCO, 2010:60).

De acordo com Barroco (2010) a medida que a sociedade se desenvolve, o sistema normativo construído nas sociedades primitivas é substituído por formas mais complexas, por necessidades também mais complexas. “uma vez que, com o surgimento da propriedade privada, da sociedade de classes e da divisão social do trabalho, apresentam-se novas exigências de integração social, o que se reflete na necessidade de legitimação dos valores e nas normas de comportamento orientadas pelo ethos dominante.

Na sociedade de classes, não é possível uma unidade em torno de valores e necessidades comuns a todos os membros da sociedade, desta forma:

“a existência de valores heterogêneos, a possibilidade de transgressão, por parte dos indivíduos, das normas morais e dos costumes dominantes e a presença de códigos morais alternativos, a moral se revela como exigência de subordinação dos indivíduos singulares, às exigências de integração social à moral dominante” (BARROCO, 2010:61).

Assim, evidencia-se que na sociedade de classes a moral torna-se funcional, uma funcionalidade facilitada pela natureza de seu caráter normativo e de sua estruturação como sistema de exigências às quais o indivíduo responde no nível de sua singularidade.

De acordo com Netto (2001:23) podemos então distinguir moral de ética, a moral é um sistema mutável, historicamente determinado, de costumes e

imperativos que propiciam a vinculação de cada indivíduo, tomando na sua singularidade com a essência humana historicamente constituída, com o ser social tomado na sua universalidade. A ética é a análise dos fundamentos da moral, remetendo compulsoriamente à reflexão filosófica.

Deste modo, compreendemos que durante o exercício profissional o/a assistente social irá se deparar com vários tipos de culturas, credos, etnias, classes, e não deve julgar muito menos agir de forma preconceituosa, nem pautar a sua atuação através de sua moral, valores pessoais e crenças religiosas. Sendo assim, é preciso estar ciente para o enganoso atalho das verdades absolutas e das avaliações dicotomizadas de certo e errado, como tendência necessária ao combate à discriminação.

Compreendemos que os inúmeros desafios postos pela chamada pós-modernidade requisitam uma profunda atuação teórico-política, desde o universo do ensino, perpassando pelos locais de trabalho e das entidades organizativas da categoria. A medida que o/a profissional assume o compromisso com a transformação dessa ordem societária, espera-se que seja crítico e questionador. Sem deixar de mencionar o conhecimento teórico e metodológico, que permitem uma apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade. Nesse sentido, Ramos (2003) afirma que, está atuação será bem sucedida quanto mais estiver conectada às lutas e mobilizações desenvolvidas pela classe trabalhadora, na perspectiva da crítica radical à sociabilidade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo refizemos o percurso sócio-histórico, que deu origem a ideologia conservadora do mundo burguês, retomamos, ainda, o contexto que determinou a necessidade de intervenção nas expressões da “questão social”, demarcando o pertencimento das origens do Serviço Social à esfera da legitimação da ordem burguesa. Vimos, também, as possibilidades que se abriram à profissão a partir do desvendamento do seu significado social e da ruptura teórica e política com aqueles fundamentos originais, inscritos no território brasileiro.

Embora não seja uma tarefa simples, ao final desta dissertação, ousamos apresentar algumas considerações, compreendemos ao longo da trajetória acadêmica que a realidade é dinâmica e contraditória e está em permanente processo de construção, as pesquisas implicam em realizar aproximações sucessivas da realidade num esforço para captar o real em suas múltiplas determinações.

Conforme demonstrado ao longo do texto, as inquietações acerca do objeto acompanham a pesquisadora desde a graduação, de modo que apesar das dificuldades para definição do objeto e delimitação do tema, foi muito importante realizar essas reflexões como contribuição para uma formação crítica em serviço social.

Sabemos que a ideologia conservadora, que supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é proveniente de uma situação histórica específica – a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista. Como apontado por Iamamoto (2013) a mentalidade conservadora não possui a característica de teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. O conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O Conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate de forças.

Como vimos, o capitalismo revolucionou a história da humanidade proporcionando um desenvolvimento das forças produtivas, nesse momento tem-se a afirmação da universalidade, da individualidade e da autonomia, pilares de

sustentação dessa consciência revolucionária. Esse processo abre espaço para a centralidade no homem e não mais em Deus, ou seja, a centralidade na razão.

Na pós-modernidade identificamos a superficialidade das análises sobre as transformações societárias, como apontado por Santos (2007) a estratégia consiste na confusão acerca da totalidade e das categorias universalizantes do projeto da modernidade em nome da ausência de perspectivas que propunham o enfrentamento da complexidade do real para além da “impotência”. Deste modo, acreditam no esgotamento da modernidade enquanto projeto civilizatório devido ao não cumprimento das suas “promessas”, tendo que proporcionar aos homens condições de vida pautadas nos princípios da razão, liberdade e autonomia. Assim:

“O pensamento pós-moderno, com sua defesa de um pluralismo de jogos de linguagem que impossibilita ir além de consensos locais e temporais, não permite dispor de critério algum para discernir injustiças sociais. Nos deixa a mercê do status quo, encerrados no existente e sem possibilidades de uma crítica sócio-política racional”(SANTOS, 2007:42)

Seus pressupostos são bem conhecidos e remetem às correntes sociológicas positivistas modernas, impregnadas, como neoconservadorismo. A contemporaneidade aparece assim, diante desta vertente emergente nas ciências sociais, como um emaranhado de fenômenos que se perdem em sua própria singularidade.

O Serviço Social surge atrelado à doutrina social da igreja e durante os anos iniciais possui o conservadorismo enraizado no discurso e na prática profissional. No entanto apesar de todo o esforço teórico para romper com o conservadorismo, o cenário contemporâneo evidencia um forte crescimento das expressões públicas de posicionamentos conservadores, advindas de diversos setores, especialmente de grupos religiosos, em contraposição a históricas bandeiras de luta dos direitos humanos. Trata-se de um processo que transforma o perfil das profissionais distanciando-se da perspectiva ética e reassumindo características que acreditavam ter sido superadas. Atualmente, a profissão recebe a influência da pós-modernidade, que se configura, hoje, como expressão do neoconservadorismo e a partir desse diálogo tende a interpretar a realidade de forma simplista e sem problematização.

A onda neoconservadora que assola a categoria profissional na atualidade corresponde a um processo alienante proveniente do modo de produção capitalista e da cultura pós-moderna, que contribuem e estimulam o individualismo exacerbado, a competitividade e o consumismo desenfreado. Deste modo, o rompimento com o

predomínio das ações conservadoras no serviço social depende fundamentalmente das mudanças no âmbito de relações sociais mais amplas.

Embora o conservadorismo profissional venha sendo combatido teórica e politicamente por parte da categoria, não se pode desconsiderar que o caráter seletivo e emergencial das políticas sociais, as precárias condições de trabalho os espaços de atuação do/da assistente social são permeados por essa ideologia, além das demandas que desafiam os/as profissionais cotidianamente a uma reflexão e reconstrução crítica.

Identificamos também a ofensiva neoconservadora através de fortes influências acadêmicas, como apontado por Santos (2007), a partir das concepções equivocadas e simplistas acerca do marxismo e um razoável número de autores e textos, que incorporam a lógica pós-moderna, afim, de deslegitimar o marxismo, como insuficiente e incapaz de atender a realidade.

Ressaltamos o 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS que ocorreu em 2015, e teve como tema a “A ofensiva neoconservadora e Serviço Social no Cenário Atual”, demonstrando a preocupação da entidade com o momento atual - retrocesso nas históricas conquistas da classe trabalhadora, redução dos direitos trabalhistas, direitos sociais e políticas públicas. E a construção da Agenda Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, com a agenda política de ações contínuas e as bandeiras de luta do Serviço Social como uma forma de resistência a essa ofensiva.

Nesse sentido, as condições ideológicas, que enfrentamos na cena contemporânea, levando a derrocada a defesa do caráter positivo do modo de produção burguês, produzem um campo que incide, no revigoramento de tendências neoconservadoras no Serviço Social e, assim, a luta empreendida pela direção crítica da profissão contra o conservadorismo, não se limitam às suas dimensões estritamente práticas e às da sua produção teórica, pois, lançam-se ao embate contra as diversas manifestações estratégicas que o pensamento conservador utiliza para se fazer hegemônico como expressão da lógica pós-moderna.

REFÊRENCIA BIBLIOGRAFICA

ABATH, E. M. Democracia em tempos de globalização. In: Revista anual do grupo de estudos e pesquisas sobre ética UFPE. Ano III – nº 3 – dezembro de 2003.

ABRAMIDES, M. B. C. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. In: Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXVIII, nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

ABREU, M. M. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, A. G. Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1989.

ANDERSON, P. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, M. L. Ética, pesquisa e Serviço Social. In: *Revista Temporalis*, n 9. Brasília: ABEPSS, 2005.

BARROCO, M. L. Serviço Social e Pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. In: *Revista Temporalis*, n 17. Brasília: ABEPSS, 2009.

BARROCO, M. L. Ética e Serviço Social, fundamentos ontológicos. 5º ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BARROCO, M. L. Ética: fundamentos históricos. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. e BOSCHETTI, I. Implicações da Reforma do Ensino Superior para o Exercício Profissional do Assistente Social: Desafios para o CFESS. In: *Revista Temporalis*, nº 1. Brasília: Valci, 2000.

BEHRING, E. O desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação. In: *Revista Temporalis*, n 8. Porto Alegre: ABEPSS: Gráfica Odisséia, 2004.

BEHRING, E. BOSCHETTI I. Política Social: fundamentos e história. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 05 set. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.

BRAVO, M. I. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade* n. 100 São Paulo: Cortez.

BRAZ, M. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. In: *Serviço Social e Sociedade*. N.100 São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Vilalobos. São Paulo: Cortez, 1984.

CARDOSO, F. G. A pesquisa na formação profissional do Assistente Social: algumas exigências e desafios. In: *Cadernos ABESS*, n 8. São Paulo: Cortez, 1998.

CARDOSO, F. G. As novas Diretrizes Curriculares para a formação profissional do Assistente Social: principais polêmicas e desafios. In: *Revista Temporalis*, n 2. Brasília: ABEPSS: Valci, 2000.

CASTRO, A. T. B. Tendências e contradições do sistema educacional brasileiro no contexto do Mercosul: os desafios das cotas no ensino público superior. In: *Revista Temporalis*, ano VIII, nº 15. Brasília: ABEPSS, 2008.

CFESS MANIFESTA - SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE TRANS – Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-SeminarioTrans.pdf> Acesso em 07 set 2015.

CFESS MANIFESTA - SERVIÇO SOCIAL E ANÁLISE DE CONJUNTURA – Disponível em <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-Conjuntura.pdf> Acesso em 07 set 2015.

CFESS MANIFESTA - ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2014cfessmanifesta-ENE-site.pdf> Acesso em 07 set 2015.

CFESS MANIFESTA - EM DEFESA DA JUVENTUDE BRASILEIRA – Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2014cfessmanifesta_juventude_site.pdf Acesso em 07 set 2015.

CFESS MANIFESTA - DIA INTERNACIONAL CONTRA O ABUSO E TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS – Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/cfessmanifesta_2013_diainternacionalcontraabusodetrogas.pdf Acesso em 07 set 2015.

CFESS MANIFESTA - 20 ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL – Disponível

http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/editor/./arquivos/cfessmanifesta2013_20anosCEP-SITE.pdf Acesso em 07 set 2015

CFESS MANIFESTA - DIA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO PELA DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO ABORTO – Disponível em http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/editor/./arquivos/cfessmanifesta2011_legalizacao_abortoFINAL.pdf Acesso em 07 set 2015.

CHAUÍ, M. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COUTINHO, C. N. Estruturalismo e a miséria da razão, Ed. Paz e Terra, RJ, 1972.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCORSIM NETTO, LEILA. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceitualização do serviço social na América Latina. In Serviço Social e Sociedade, nº 24. Ano VIII. São Paulo, Cortez: 1987.

FURASTÉ, P. A. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicação das Normas da ABNT*. 14 ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

GUERRA, Y. Na Contracorrente da Reforma do Ensino Superior: nótula sobre o Curso de Graduação em Serviço Social para os Assentados da Reforma Agrária. Universidade, Movimentos Sociais e Serviço Social. Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano: 11, n.21 (jan./jun.2011). Brasília: ABEPSS, 2011.

GUERRA, Y. *Instrumentalidade no trabalho do assistente social*. Capacitação à Distância. Brasília: CFESS/CEAD/UnB, 2000.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. Reforma do ensino superior e serviço social. In: Revista Temporalis, ano 1, nº 1. Brasília: Valci, 2000.

IAMAMOTO, M. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: BRAVO, M. I. *Et all (org) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. e CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 20º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. São Paulo: Cortez 1982.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica* 16º Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOIKE, M. M. *Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais*. Curso de capacitação para assistentes sociais. Brasília: CEFESS/CEAD/UnB, 2009.

KONDER, L. O que é a dialética. 25º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LEWGOY, A. B. MACIEL, A. L. Reflexões acerca do ensino à distancia na formação em Serviço Social. In: *Revista Temporalis*, ano VIII, nº 15. Brasília: ABEPSS, 2008.

MAGALHÃES, F. *Tempos pós-modernos: a globalização e as sociedades pós industriais*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: Identidade e alienação*. 11º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, e. A. *A ofensiva neoconservadora no serviço social contemporâneo: recomposição de velhos dilemas*, 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/erika.pdf> Acesso em: 10 maio 2015.

MARX, K. *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm. Acesso em: 05 de junho. 2015

MARX, K. *O 18 brumário de Louis Bonaparte*. 2 ed. Lisboa: Avante, 1984. Disponível em: <http://marxist.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>. . Acesso em: 05 jul. 2015.

MARX, K. "Sobre a questão judaica". São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. In: *Marx, Engels: obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm> Acesso em: 10 ago. 2015.

MARX, K. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, J. M. Rosa. Os Desafios das Diretrizes Curriculares na Afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social: A Proposta da Oficina – Perspectiva ABEPSS. In: *Revista Temporalis*, Ano IV, nº 8. Porto Alegre: ABEPSS/Gráfica Odisséia, 2004.

MINAYO, M. C. *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5ª ed. Hucitec. Abrasco, São Paulo: 1998.

MINAYO, M.C. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 30 ed. Vozes, Petrópolis: 2011.

MONTAÑO, C. DORIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. 3ª ed. São Paulo: Cortes, 2011.

MONTAÑO, C. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Trabalho e Serviço Social: Considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. *Revista Temporalis*, ano VII, n. 14. Brasília: ABEPSS, 2007.

NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, ano XXVI, n. 48. Cortez: 2005.

NETTO, J. P. BRAZ. M. Economia Política: uma introdução crítica..2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J.P. Introdução ao método na teoria social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009..

NETTO, J. P. *As perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas no trabalho social*. Palestra proferida no Seminário Internacional “O Trabalho Social França Brasil”. São Paulo, 2009b. Disponível em: www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/521.rtf. Acesso em: 20 set. 2013.

NISBET, R. O conservadorismo. Lisboa: Editorial estampa, 1987.

NOGUEIRA, M. A. O desafio de construir e de consolidar direitos no mundo globalizado. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXIV, nº 82. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Fátima Grave. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAIVA, B. A. e SALES, M. A.. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata. SILVA, Marlise Vinagre. SALES, Mione Apolinario. GONELLI, Valéria M. M. (Orgs.). *Serviço Social e Ética – Convite a uma nova práxis*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

PINHEIRO, L. F. *Serviço Social, Religião e movimentos sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Gamma, 2010.

QUERINO, A. A. A formação em Serviço Social: Superação ou reprodução do conservadorismo? 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7475/2/arquivototal.pdf> Acesso em 20 jul 2015.

SANTOS. J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. F. *O que é pós moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SERAFIM, M. D. A relação entre o crítico e o conservador: a formação e a prática dos assistentes sociais que atuam no programa bolsa família de João Pessoa.

SETUBAL, A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. In: *Revista Katálysis*, v. 10, n. esp. Florianópolis: UFSC, 2007.

SILVA, I. M. F. *Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SIMIONATO, I. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. In: *Revista Temporalis*, n 8. Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

SIMIONATO. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influencia teórico prática. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SOARES. L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, A.; SANTOS, S.; CARDOSO, P. *Ética e Serviço Social: um itinerante a caminhar*. In: *Revista Temporalis*, n 25. Brasília: ABEPSS, 2013.

SPOSATI, A. O. *Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão de análise*. São Paulo: Cortez, 1987.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: *Revista Katálysis*, v. 10, n. esp. Florianópolis: UFSC, 2007.

TONET, I. Modernidade, pós-modernidade e razão. In: *Revista Temporalis*, Ano V, nº 10. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

VINAGRE, M. Ética e direitos: ensaios críticos. Coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.

YAZBEK, M. K. Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In Curso de Capacitação em serviço social e política social módulo 4. Brasília, UNB, CEAD, 2000.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANEXOS